



# Manual NFA-e

01 de fevereiro de 2024

# ÍNDICE

<b>Índice</b>	<b>2</b>
<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Emissor</b>	<b>5</b>
1. ACESSO	5
1.1. Cadastro	6
1.2. Certificado Digital	9
2. CONHECENDO O APLICATIVO	11
2.1. Tela inicial	11
2.2. Emitir NFA-e/Editar Cadastro/Relatório	11
2.3. Gerenciar emissão	21
2.4. Consulta da NFA-e	25
2.5. Relatório	26
<b>Perguntas Frequentes</b>	<b>27</b>
1.1. O que é a NFA-e?	27
1.2. Quem pode emitir NFA-e e quando?	27
1.3. Que operações podem ser realizadas com NFA-e?	29
1.4. É exigido do usuário cadastro ou certificado digital para utilizar a NFA-e?	32
1.5. Terei que pagar imposto ao emitir NFA-e?	32
1.6. Como cancelar uma NFA-e emitida?	32
1.7. Posso emitir carta de correção da NFA-e?	32
1.8. Há contingência para NFA-e?	33
1.9. Sou MEI e ao tentar emitir uma NFA-e o sistema informa que minha inscrição está baixada, paralisada, impedida ou cancelada no CAD-ICMS e não me permite continuar. O que fazer?	33
1.10. Sou MEI, mas o sistema NFA-e aponta que não estou enquadrado. O que fazer?	33
1.11. Sou pessoa jurídica não contribuinte e ao tentar emitir uma NFA-e o sistema informa que possuo inscrição (habilitada, paralisada ou impedida) no CAD-ICMS e não me permite continuar. O que fazer?	34
1.12. O que é código NCM e como posso obtê-lo?	34
1.13. Por que para o tipo de remetente “pessoa física (não contribuinte)” somente está habilitada a operação “Outras saídas de mercadorias ou prestações de serviços” (CFOP 5.949/6.949)? Ele pode ser utilizado na eventual venda de bem?	34
1.14. Não sou contribuinte e necessito devolver mercadoria. O que fazer?	34
1.15. Qual será o valor da NFA-e no caso de transporte de bens em face de mudança?	34
1.16. O destinatário da NFA-e, quando contribuinte do ICMS, pode escriturar-la ou é necessário emitir NF-e de entrada?	34

1.17. Preciso de NFA-e para acobertar o transporte de mercadorias importadas? -----	35
1.18. Sou MEI prestador de serviço. Posso emitir NFA-e?-----	35
1.19. Como o contribuinte do ICMS, destinatário da NFA-e, deve escriturar o documento? -----	35
1.20. É necessário registro, cadastro ou pagamento de taxa para emitir NFA-e?-----	35
1.21. Em que momento deve ser emitida a NFA-e? -----	36
1.22. Qual é o prazo de validade da NFA-e? -----	36
1.23. Quais são os erros mais comuns no preenchimento da NFA-e? -----	36
1.24. É possível integrar o emissor a NFA-e com sistemas externos (sistemas do usuário)?-----	37
1.25. Como o MEI deve emitir NFA-e de devolução de mercadoria?-----	37
1.26. Por que a chave de acesso da NFA-e não é formada com o CNPJ do usuário? -----	38
1.27. Como recuperar senha de acesso (cadastro)? -----	38
1.28. Fiz o cadastro para acessar a aplicação e, após 24 horas, não recebi resposta da análise. O que fazer? -----	38
1.29. Meu CNPJ de MEI foi baixado. Como faço para atualizar o meu cadastro com o novo CNPJ ativo?-----	38
1.30. O preenchimento da NFA-e fica salvo como rascunho para que eu possa continuar o preenchimento em um outro momento? -----	38
1.31. O produtor rural pessoa física pode emitir NFA-e? -----	38
1.32. O usuário está bloqueado no sistema NFA-e. Quais são os motivos e o que fazer? -----	38
1.33. Para emitir NFA-e, o MEI precisa de inscrição estadual? -----	42
1.34. Como posso incluir ou alterar o e-mail no sistema NFA-e?-----	42
1.35. Como posso obter suporte na SEFAZ sobre a NFA-e?-----	43

## Controle de Versões ----- 44

### IMPORTANTE

No caso de eventuais discrepâncias entre as informações prestadas neste manual e as constantes da legislação, prevalecem, sempre, as disposições legais.

## APRESENTAÇÃO

---

A NFA-e (Nota Fiscal Avulsa eletrônica) integra o projeto de documentos fiscais eletrônicos, iniciado em 2005 com a instituição da NF-e (Nota Fiscal eletrônica), modelo 55, para substituir a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A. Seguindo idêntico propósito, a NFA-e será utilizada em substituição à nota emitida manualmente. Esse novo documento é emitido de acordo com as especificações técnicas impostas às NF-e, previstas no Manual de Orientação do Contribuinte (MOC), correspondendo, portanto, ao mesmo modelo 55.

Por premissa, o documento fiscal eletrônico tem existência apenas digital, sendo emitido e armazenado eletronicamente. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emissor. Diferentemente dos demais modelos de documentos fiscais eletrônicos (NF-e, NFC-e, CT-e e MDF-e), que são assinados digitalmente pelo próprio remetente, a NFA-e é assinada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Esse documento se destina, especialmente, a usuários não obrigados à inscrição estadual, mas que, eventualmente, necessitam de documentos fiscais para movimentação de bens.

As seguintes normas regulamentam a matéria:

- âmbito federal:
  - Ajuste SINIEF 07/05;
  - Ajuste SINIEF 07/09.
- âmbito estadual:
  - Livro VI do RICMS/00 (Decreto nº 27.427/00);
  - Anexo VI da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14.

A documentação técnica da NFA-e está disponível no [Portal Nacional da NF-e](#).

# EMISSOR

## 1. ACESSO

O aplicativo da NFA-e está disponível em <https://nfae.fazenda.rj.gov.br/sefaz-dfe-nfae/paginas/inicio.faces>

O acesso à aplicação NFA-e dependerá de certificado digital ou CNPJ/CPF e senha, de acordo com o usuário:

Certificação Digital	CNPJ/CPF e senha
Contribuinte paralisado pessoa jurídica	Microempreendedor Individual (MEI)
Contribuinte paralisado pessoa física	Pessoa Física não contribuinte do ICMS
Pessoa Jurídica não contribuinte do ICMS	

Para acessar a página de identificação, clique em “Emitir NFA-e”.



**NFAe** Nota Fiscal Avulsa Eletrônica

**Página Principal**

Prezado usuário,

A NFA-e, modelo 55, está regulamentada no art. 37 do Anexo I do Livro VI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/00.

Antes de iniciar qualquer emissão, leia atentamente as informações abaixo sobre quem pode utilizá-la e em quais situações.

**1) MEI que comercializa mercadorias**

Somente pode ser emitido para acobertar a saída de mercadorias.

Para emissão, será exigido prévio cadastro e o acesso deve ser realizado na opção “Acesso por senha”.

O documento não pode ser utilizado por estabelecimento que realiza prestação de serviço de transporte como “conhecimento de transporte”. Se utilizado, o documento será considerado inidôneo, ficando o emitente sujeito a multa.

O documento também não pode ser utilizado por MEI que realiza prestação de serviço inserida no âmbito de competência municipal. Nessa prestação, deve ser emitido documento autorizado pela Prefeitura, órgão com o qual o MEI deve entrar em contato. Se utilizado, o documento será considerado inidôneo, ficando o emitente sujeito a multa e denúncia ao Ministério Público (Lei federal nº 8.137/90).

**Dúvidas na emissão da nota?**  
Clique aqui e veja o manual

**Emitir NFA-e**  
Editar Cadastro  
Relatório

**Gerenciar Emissão**

**Consultar**

Informe remetente e n° da nota ou chave de acesso:

Selecionar...

Nota Fiscal Avulsa n°

Chave de Acesso

Em seguida, acesse por certificado ou CNPJ/CPF, conforme o caso.

A captura de tela mostra a interface de login do sistema. No topo, há uma barra com 'Página Principal' e um link para o 'Manual'. O formulário principal é dividido em duas seções: 'Certificado Digital' e 'Acesso por senha'. A seção 'Certificado Digital' possui um campo para selecionar o tipo de remetente e uma explicação sobre o acesso exclusivo por certificado. A seção 'Acesso por senha' possui campos para o tipo de remetente (com uma opção selecionada: 'Pessoa física não contribuinte do ICMS'), CNPJ/CPF e senha, além de um botão 'Consultar'. No rodapé da seção de senha, há links para 'Cadastrar-se' e 'Recuperar senha'.

## 1.1. Cadastro

O cadastro é exigido para MEI, pessoa jurídica não contribuinte e pessoa física não contribuinte. Após preenchimento e transmissão do formulário de cadastro, o usuário receberá e-mail de confirmação de solicitação de cadastro. O prazo para análise do cadastro é de **até 24 horas**.

No caso do **MEI contribuinte do ICMS**, o cadastro do sistema NFA-e está vinculado ao Sistema Integrado de Cadastro (SINCAD). Isso quer dizer que todos os dados utilizados no registro da NFA-e são oriundos deste último sistema. Caso haja alguma incorreção, o usuário deve solicitar a correção no REGIN – Registro Integrado (<https://portal.fazenda.rj.gov.br/cadastro/>).

A captura de tela mostra a página de boas-vindas após o cadastro. O título é 'Cadastro'. O texto de boas-vindas informa que o usuário acabou de solicitar credenciamento no Portal da Nota Fiscal Avulsa Eletrônica - NFA-e. É destacado o prazo de 24 horas para análise da solicitação. O texto recomenda a leitura do Manual da NFA-e disponível no Portal. Abaixo, há uma seção 'Seus Dados' com um formulário contendo as seguintes informações:

Tipo Remetente	MEI - Microempreendedor Individual
Razão Social	[Campo oculto]
CNPJ	[Campo oculto]
Situação Cadastral	Aguardando aprovação (este processo poderá levar até 24h)

Finalizada a análise, será encaminhado ao usuário novo e-mail com a decisão do pedido. O pedido poderá ser indeferido caso seja verificada alguma inconsistência nas informações prestadas.

**Caso não tenha recebido resposta da análise do pedido de cadastro em até 24 horas, basta acessar a aplicação e informar a senha cadastrada (o pedido já terá sido deferido).**



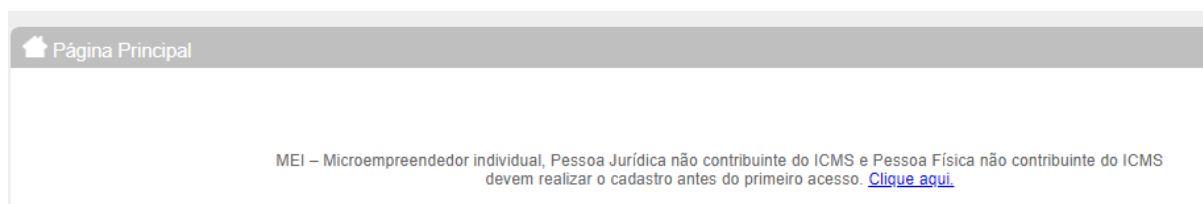
No caso de **pessoa jurídica não contribuinte**, o cadastro é feito com o certificado digital inserido na máquina. Se a empresa possuir diversas filiais deve realizar o cadastro para cada filial que pretende emitir NFA-e.

Para realizar o cadastro de novas filiais, o procedimento é o seguinte:

O usuário deverá acessar o sistema com certificado digital. Aparecerá a tela para emissão da nota. Clique no ícone “Página Principal”.



Na página principal aparecerá a opção de realizar cadastro. Clique em “Clique aqui” e a tela de cadastro será mostrada.



 **Página Principal**

 **Cadastro**

**Tipo de remetente\***

Selecione o tipo de remete (Pessoa jurídica não contribuinte do ICMS). O formulário de cadastro será mostrado e o CNPJ será o mesmo do certificado digital. A segunda parte do CNPJ pode ser apagada e o usuário poderá digitar a parte restante (filial). Proceda com o cadastro normalmente.

Tipo de remetente\*

**Atenção!**  
Senhor usuário,  
A NFA-e emitida por Pessoa Jurídica não contribuinte do ICMS se destina exclusivamente a acompanhar o trânsito de bens do ativo e objetivos comerciais. Sua emissão nessas situações não é obrigatória, não podendo ser exigida pelo transportador, ficando, portanto, emitida ou não (art. 35 §§ 7º e 8º, do Anexo I do Livro VI do RICMS/00, Decreto nº 27.427/00). A venda habitual ou em grande volume, consequentemente, enquadra o remetente na condição de contribuinte do ICMS, sendo vedada sua realização senão por MEI ou por no CAD-ICMS. Caso tenha alguma dúvida, entre em contato com a SEFAZ/RJ. Clique em Fale Conosco no Portal da SEFAZ e escolha o assunto.  
Informar dados falsos ou utilizar esta opção de emissão para realizar venda habitual caracteriza crime, sujeitando o infrator inclusive denúncia ao Ministério Público (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990)  
☐ Ciente de que no caso de não pagamento indevido ficarei sujeito a penalidade e denúncia ao Ministério Público.

**CNPJ\***

**Nome Empresarial\***

**Nome Fantasia**

**Email**

**Email\***

**Confirmar e-mail\***

**Endereço**

**CEP\***  **Município**

**Endereço\***  **Nº\***

**Complemento**  **Bairro\***

**Confirmar**

**Caso não tenha recebido resposta da análise do pedido de cadastro em até 24 horas, basta acessar a aplicação (o pedido já terá sido deferido).**

Cabe ressaltar que o cadastro do usuário poderá ser **bloqueado** caso seja verificada inconsistência nas informações prestadas não constatada no momento da análise do pedido de cadastro ou ainda caso seja verificado o uso irregular do documento (ex.: emissão frequente de NFA-e por usuário "pessoa física não contribuinte" que possa configurar exercício irregular de atividade econômica – contribuinte não inscrito no CAD-ICMS ou como MEI).



**Mudança de Status**

SEFAZ/RJ

Temos informações importantes para você que se cadastrou no Portal da Nota Fiscal Avulsa Eletrônica - NFA-e.  
A sua situação cadastral mudou.

<b>Emissor</b>		
RAZÃO SOCIAL	SEFAZ/RJ	
CNPJ	00.000.000/0000-00	NIRE
<b>Responsável</b>		
NOME	CARLOS A. DE	
<b>Situação Cadastral</b>		
Status	<b>Bloqueado</b>	
Motivo	Cadastro com informações inconsistentes	

Atenciosamente,  
**SEFAZ/RJ**  
<http://bossdci.sefnet.rj/sefaz-dfe-nfae/>

Todas as alterações no cadastro do usuário serão comunicadas por e-mail.

#### 1.1.1. Atualização do cadastro

Após concluído o cadastro e passadas as 24 horas, o usuário, pessoa física e pessoa jurídica não contribuinte, poderá acessar o sistema e promover alterações no cadastro. Para tal, deve clicar "Editar cadastro".

Página Principal | Editar Cadastro | Relatório

**1 Identificação** | 2 Incluir produtos | 3

você está aqui

Para o MEI, o cadastro do sistema NFA-e está vinculado ao SINCAD. Isso quer dizer que todos os dados utilizados no registro da NFA-e são oriundos deste último sistema. Para qualquer atualização, o usuário deve solicitar a correção no REGIN – Registro Integrado (<https://portal.fazenda.rj.gov.br/cadastro/>).

## 1.2. Certificado Digital

Para os demais usuários, contribuinte paralisado, pessoa jurídica não contribuinte – é exigido certificado digital (e-CPF ou e-CNPJ, conforme o caso).

Poderá ser utilizado qualquer certificado digital tipo A1 ou A3 emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, **contendo o número do CNPJ de qualquer um dos estabelecimentos da empresa.**

Não é permitido acesso por e-Procuração.

Também neste caso o usuário poderá ter seu acesso **bloqueado** caso seja verificado o uso irregular do documento.

Importante observar que a certificação é exigida apenas para identificar o emissor, não para assinar o documento. Diferentemente dos demais modelos de documentos fiscais eletrônicos (NF-e, NFC-e, CT-e e MDF-e), que são assinados digitalmente pelo próprio remetente, a NFA-e é assinada pela Secretaria de Estado de Fazenda. Por esse motivo, a chave de acesso do documento eletrônico emitido nessa modalidade é formada com o CNPJ da Secretaria Estadual de Fazenda.

Caso esteja tendo dificuldade com seu certificado, acesse “[Problemas com certificado digital? Veja o que fazer](#)”.

## 2. CONHECENDO O APLICATIVO

O aplicativo da NFA-e foi desenvolvido para ser utilizado de forma intuitiva, apresentando pouca ou quase nenhuma dificuldade para seu uso. A emissão do documento é “orientada” de acordo com o tipo de usuário. Isso significa que, conforme o tipo do usuário, vários campos necessários para emissão da NFA-e são preenchidos automaticamente. Isso visa facilitar a emissão do documento e reduzir a um universo pequeno as possibilidades de erro quando do seu preenchimento. Baseado nesse conceito e considerando o tipo de remetente, campos como CRT e CST/CSOSN já poderão vir preenchidos pelo próprio sistema.

### 2.1. Tela inicial

Na tela inicial existem três opções:

- **Emitir NFA-e/Editar Cadastro/Relatório:** opção para iniciar a emissão de uma NFA-e;
- **Gerenciar emissão:** opção que permite, entre outras, cancelar, enviar carta correção, recuperar arquivo XML;
- **Consultar:** opção para consultar a validade da NFA-e.



The screenshot shows the home screen of the NFA-e application. At the top, there is a header with the NFA-e logo and the text "Nota Fiscal Avulsa Eletrônica". Below the header, there is a section titled "Página Principal" with a greeting "Prezado usuário," and information about the NFA-e model 55 and the ICMS regulation. There are two main buttons: "Emitir NFA-e Editar Cadastro Relatório" (green) and "Gerenciar Emissão" (blue). To the right of these buttons is a link for "Dúvidas na emissão da nota?" with the text "Clique aqui e veja o manual". Below the buttons is a "Consultar" section with a form to enter the sender and note number, and a "Chave de Acesso" field.

### 2.2. Emitir NFA-e/Editar Cadastro/Relatório

Esta funcionalidade direciona o usuário do sistema para a emissão de NFA-e e para a edição de cadastro e relatório. Os campos que possuem (\*) são de preenchimento obrigatório.

#### 2.2.2. Aba “Identificação”

Nesta primeira parte, serão identificados os dados do remetente, destinatário e, se for o caso, do transportador.

## Remetente

Após entrar na tela de Emissão, o sistema validará as informações prestadas e verificará se não há impedimento para emissão da NFA-e. Caso haja impedimento, o sistema exibirá mensagem explicando o motivo (Veja o item “1.2. Quem pode emitir e quando” em Perguntas Frequentes).

E-mail\*

Confirmar e-mail\*

Operação\* Selecione...

É fundamental que o e-mail informado seja válido e esteja correto para que o usuário receba as notificações relacionadas com a emissão do documento.

## Tipo de operação

Selecione o tipo de operação. As opções dependerão do tipo de remetente (Veja o item “1.3. Que operações podem ser realizadas com NFA-e?” em Perguntas Frequentes).

Operação\* Interna Entrada Saída Data saída/entrada  Hora

Natureza da operação\* Selecione...

**Destinatário**

CNPJ\*

Inscrição Estadual

Razão Social\*

Selecione...

- Venda de produção do estabelecimento
- Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros
- Devolução de compra para industrialização
- Devolução de compra para comercialização
- Devolução de compra de bem para o ativo imobilizado
- Devolução de compra de material de uso ou consumo
- Outras saídas de mercadorias ou prestações de serviços



## IMPORTANTE

### DOCUMENTOS FISCAIS REFERENCIADOS

Em caso de CFOPs de devolução (Veja o item “1.3. Que operações podem ser realizadas com NFA-e?” em Perguntas Frequentes), o sistema exigirá o preenchimento do campo “documentos fiscais referenciados”. Trata-se da informação relativa ao documento que acobertou a aquisição da mercadoria que está sendo devolvida.

1. Selecione o “Tipo de documento”, após a seleção o sistema exibirá os campos correspondentes ao item selecionado.

**Documentos fiscais referenciados** Limpar

Tipo documento\* Cupom fiscal

Modelo\* Selecione...


Nº do contador de ordem d Nº de ordem seq. do ECF\*



Incluir na tabela



Selecione...

- NF-e
- NFC-e
- CT-e
- NF Produtor Rural
- Cupom fiscal

2. Após o preenchimento clique em “Incluir na tabela”.

 Incluir na tabela

Tipo documento	Informações
  Cupom fiscal	Modelo: 2B N° de ordem seq. do ECF: 2 N° do contador de ordem de op.: 1

Após a inclusão na tabela será possível fazer a exclusão e/ou edição do item por meios dos ícones de Exclusão  e edição 

### Destinatário

Selecione CNPJ ou CPF. Se selecionado CNPJ, será exibido o campo “Razão Social”; se CPF, o campo “Nome”. Caso o e-mail do destinatário seja informado, também será enviada para ele notificação da emissão da NFA-e.

Destinatário

CNPJ

\*

Inscrição Estadual

Razão Social\*

Consumidor Final\*

Sim

Não

Identificação do destinatário\*

Selecione...

CEP\*

Endereço\*

Nº

Complemento

Bairro\*

UF\*

Telefone

E-mail

Confirmar e-mail

Limpar



### IMPORTANTE

#### Campos “Consumidor Final” e “Identificação do Destinatário”

Deve ser selecionado “Sim” quando o destinatário não for contribuinte do ICMS.

Deve ser selecionado “Não” quando o destinatário for contribuinte do ICMS ou contribuinte isento de inscrição no cadastro de contribuinte.

Quando se tratar de “contribuinte do ICMS” deverá ser informada a inscrição estadual.

**ATENÇÃO!** Pessoas jurídicas que não realizam fato gerador do ICMS não são contribuintes do ICMS, por isso não possuem inscrição estadual. Portanto, não se trata de “contribuinte isento de inscrição no cadastro de contribuinte”, mas de “não contribuinte”.

Em caso de dúvida sobre a condição do destinatário, entre em contato com ele.

### Indicador de presente

Selecione o indicador de presença que corresponda a operação

Indicador de presença\* **Operação não presencial, pela Internet** ▼

### Transportador

Escolha a modalidade de transporte. Após a seleção, o sistema exibirá os campos correspondentes ao item selecionado.

**Transportador** Limpar

Modalidade\* Por conta do emissor ▼

CNPJ\* ▼

Inscrição Estadual

Razão Social\*

Endereço\*

UF\* Selecione... ▼ Exterior ☐

Placa  UF Veículo Selecione... ▼

**Volumes**

Quantidade	<input type="text"/>	Espécie	<input type="text"/>	Peso B. Kg	<input type="text"/>	Peso L. Kg	<input type="text"/>
Numeração	<input type="text"/>	Marca	<input type="text"/>				

### Indicador de intermediador/marketplace

Selecione a modalidade e, conforme for, informe os dados do intermediador.

**Indicador de intermediador/marketplace** Limpar

Modalidade\* Operação em site ou plataforma de terceiro (intermediadores/marketplace) ▼

**Informações do intermediador da transação** Limpar

CNPJ\*

Identificador cadastrado no intermediador\*

\*Esse campo deverá ser preenchido com o nome do usuário ou identificação do perfil do vendedor no site do intermediador (agenciador, plataforma de delivery, marketplace e similar) de serviço e de negócios.

### Informações complementares

Preencha o campo “Informações complementares” caso queira incluir alguma informação adicional no documento.



Após o preenchimento dos campos da tela de “Identificação” clique no botão “Incluir produtos”.



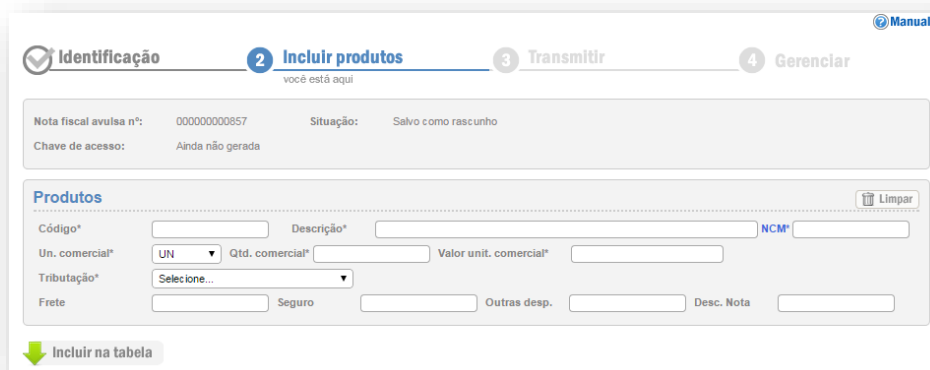
Neste momento, o sistema irá validar os campos preenchidos. Caso não haja nenhuma pendência, o sistema irá direcionar para a tela “Incluir produtos” e as informações do documento são gravadas com o status de rascunho. Caso haja algum problema no preenchimento dos campos, o sistema informará quais são.

### 2.2.2. Aba “Incluir Produtos”

Após o preenchimento do formulário de “Identificação”, deverão ser informados os dados do produto.

#### Produtos

Preencha os campos relacionados com o produto e clique no botão **Incluir na tabela**.



#### IMPORTANTE

**Campo código:** Os códigos dos produtos são atribuídos pelo próprio usuário como forma de identificá-los.

Ex.:



código 001: camisa xadrez;



código 002: calça preta.

O emissor não permite que sejam incluídos dois produtos com o mesmo código. Se os produtos são iguais o que deve variar é a quantidade (campo quantidade). Somente deve ser preenchida uma nova "linha" se a mercadoria for outra (outro código).

**Campo NCM:** [clique aqui](#) e saiba o que significa NCM e como preencher o campo.

### Exclusão de produto da tabela

Após a inclusão na tabela será possível fazer a exclusão e/ou edição do item por meio dos ícones de exclusão  e edição 

	Cod	Descrição	Trib	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total	BC ICMS	ICMS (aliquota)
 	1	2	Sem permissão de crédito	AR	10,00	1,00	10,00	0,00	0,00

### Informação do ICMS Interestadual (Emenda Constitucional nº 87/15)

As informações sobre UF de destino somente devem ser preenchidas quando se tratar de usuário contribuinte do ICMS (exceto MEI) que irá realizar operação de venda para consumidor final localizado em outro Estado (consulte "Campos Consumidor Final e Identificação do Destinatário"). As informações sobre os percentuais devem ser obtidas na Secretaria de Fazenda do Estado de destino.


Todos os usuários não contribuintes devem preencher o campo BC Interestadual com 100 e os demais com "0" (zero).

O usuário MEI também deve preencher o campo BC Interestadual com 100 e os demais com "0" (zero), em razão da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.464 MC/DF, que suspendeu a eficácia da cláusula nona do Convênio ICMS 93/15 editado pelo CONFAZ, que estendia os efeitos da EC nº 87/15 aos contribuintes enquadrados no Simples Nacional.

- Grupo Tributação do ICMS

Os campos não devem ser preenchidos (manter 0,00 e selecione).

Se esses campos não forem exibidos, siga adiante.

**Informação do ICMS Interestadual (Diferencial de Aliquota)**


Aliq. interestadual 12,00% BC Interestadual\*

**UF de destino**

%ICMS\*  %ICMS Aliq. Interna\*

Grupo Tributação do ICMS = 40 41 50

VI ICMS Deson  Mot Deson ICMS

Em seguida, o usuário deve clicar em **Incluir na tabela**.

### Forma de Pagamento

Selecione a forma de pagamento é clique em **Incluir na tabela**.



**Forma de Pagamento**

Forma de pagamento

Valor Pagamento

Valor Troco

 Incluir na tabela

Descrição	Valor Pagamento	Valor Troco
 Dinheiro	10,00	0,00

Após o preenchimento dos campos, clique no botão **Gerar NFA-e**.

**Gerar NFA-e** 



#### IMPORTANTE

O botão Gerar NFA-e somente após todas as informações exigidas serem preenchidas (veja informações e acima) e o usuário clicar em todos os botões "incluir na tabela".

### 2.2.3. Aba "Transmitir"

Nesta aba, o remetente efetuará a transmissão da NFA-e, a fim de obter autorização de uso.

Antes de transmitir, confirme os dados exibidos na tela antes da transmissão. Caso exista algum erro, clique no botão "Editar produtos".

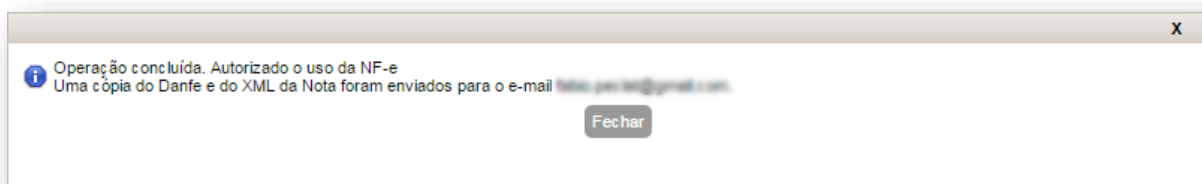
 **Editar produtos**

Caso esteja correto já será possível transmitir clicando no botão "Transmitir".

**Transmitir** 

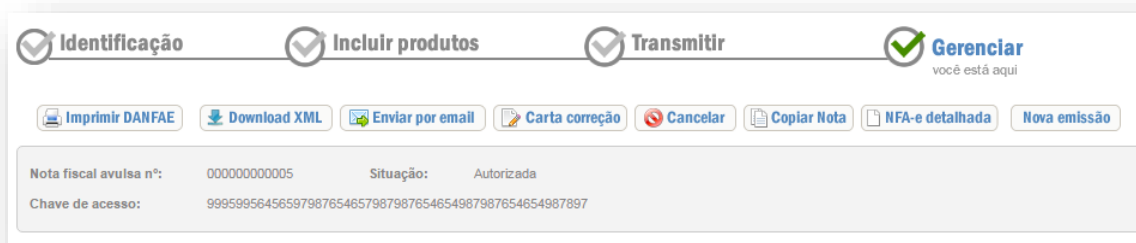
**Aconselha-se que o usuário do sistema anote a chave de acesso do documento**, pois caso não receba o DANFE e o XML em seu e-mail cadastrado, poderá recuperá-la através da função "Gerenciar Notas" da aplicação.

Caso não ocorra nenhum erro a NFA-e será transmitida e será exibida uma mensagem de sucesso. Caso ocorra algum erro, será exibida a mensagem com o respectivo erro.



Após a autorização de uso da NFA-e, serão exibidos os botões:

- Imprimir DANFAE: para visualização do PDF do DANFAE.
- Download de XML: para fazer download do arquivo zip contendo o XML.
- Enviar por e-mail: para enviar por email o XML e/ou o DANFAE para um determinado email.
- Carta correção: para preencher a “Carta correção”.
- Cancelar: para cancelar a nota.
- Copiar nota: para copiar a nota atual.
- NFA-e detalhada: para mostrar a NFA-e detalhada.
- Nova emissão: para emitir nova NFA-e.



#### IMPORTANTE

Enquanto o remetente não fechar a seção (sair da página), ele terá acesso a todas as funcionalidades acima exibidas. Após fechar a seção, para acessar novamente as funcionalidades deverá, na página inicial da NFA-e, clicar em “Gerenciar Emissão” (Veja item [2.3 Gerenciar Emissão](#)).

#### 2.2.4. Gerar DARJ (Pendente de Pagamento de ICMS)

Nos casos em que se faz necessário o pagamento de ICMS, será exigido, para transmissão do documento, o número do DARJ relativo ao pagamento do imposto.

As informações sobre os valores devidos, calculados de acordo com as informações prestadas pelo contribuinte, serão mostradas no próprio emissor.



#### IMPORTANTE

Caso se trate de usuário MEI e a aplicação tenha apontado exigência de pagamento, verifique se preencheu o documento corretamente, principalmente no caso de devolução (indicação de CFOP correto), pois a exigência não é devida. Entretanto, se o documento for preenchido incorretamente, o erro de preenchimento poderá levar a exigência indevida.

Em caso de dúvida, entre em contato com o suporte.

**Nota Fiscal Avulsa eletrônica**  
Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

**NFA-e pendente de pagamento para autorização**

Para concluir a emissão da NFA-e é necessário que o imposto devido na operação seja pago antecipadamente. Após efetuar o pagamento, retorne ao aplicativo emissor ([www.fazenda.rj.gov.br/nfae](http://www.fazenda.rj.gov.br/nfae)) e informe o número do documento documento de arrecadação.

Valor ICMS R\$ 5,23  
([Clique aqui](#) para acessar o portal de pagamentos da SEFAZ)

**Remetente**  
Nome   
CPF   
Inscrição Estadual

**Destinatário**  
Nome   
CPF

**NFA-e**  
Série   
Número   
Data da emissão

Atenciosamente,  
**SEFAZ/RJ**  
[www.fazenda.rj.gov.br/nfae](http://www.fazenda.rj.gov.br/nfae)

Para realizar o pagamento, clique no botão “Gerar DARJ”. A funcionalidade redireciona o usuário para o Portal de Pagamentos da SEFAZ.

No Portal de pagamentos, o contribuinte deve selecionar o tipo de pagamento "ICMS/FECP", natureza "Outras (Fato Gerador)", qualificação receita "Outros" ou como natureza “Importação” caso se trate desse tipo de operação.

No caso de **operação interestadual** destinada a consumidor final, haverá também a exigência de pagamento relativa à partilha de que trata a Emenda Constitucional nº 87/15. Nesse caso, o contribuinte deve efetuar o pagamento, no [Portal de Pagamentos](#), da seguinte forma:

- valor relativo ao ICMS comum: selecione "ICMS/FECP", natureza "Outras (Fato Gerador)", qualificação receita "Outros";
- valor relativo ao ICMS partilha: selecione “ICMS/FECP”, natureza “ICMS consumidor final não contribuinte outra UF por operação”.



Após efetuar o pagamento, retorne ao Portal NFA-e e clique em “Gerenciar Emissão” para concluir a transmissão. Importante ressaltar que será enviado para o e-mail do remetente todos os dados necessários para conclusão da emissão.



#### IMPORTANTE

A confirmação do pagamento do imposto pela SEFAZ ocorrerá em até 24 horas. Caso o requerente não consiga concluir a emissão após esse prazo, envie e-mail para [sac.darj@fazenda.rj.gov.br](mailto:sac.darj@fazenda.rj.gov.br).

#### 2.2.5. Impressão do DANFAE

Esta funcionalidade permite a impressão do DANFAE da NFA-e, a partir de uma nota autorizada ou cancelada. No caso de se tratar de NFA-e cancelada, o DANFAE é impresso com essa informação.

#### 2.2.6. Nova emissão

Para nova emissão, clique em:

**Nova emissão**

#### 2.2.7. Resposta da SEFAZ

A SEFAZ enviará para os e-mails do remetente e do destinatário informações relativas à NFA-e, como seu número, sua chave de acesso.

**E-mail enviado ao destinatário**

### 2.3. Gerenciar emissão

NFA-e

- **Remetente:** Informe CPF ou CNPJ do Remetente e o número da Nota Fiscal Avulsa.
- **Chave de acesso:** Informe a chave de acesso da Nota Fiscal Avulsa.

Após preencher os dados necessários para acessar as funcionalidades de gerenciamento, clique em “Consultar”. Em seguida, serão exibidos os detalhes das notas e o “menu” com as funcionalidades.

As funcionalidades do gerenciamento da emissão da Nota Fiscal Avulsa eletrônica (NFA-e) somente são habilitadas aos usuários do sistema a partir do momento em que a NFA-e for autorizada. Assim, enquanto um documento estiver “pendente de transmissão”, nenhuma funcionalidade estará habilitada.



The screenshot shows a web interface for the NFA-e system. At the top, there is a progress bar with four steps: 'Identificação' (checked), 'Incluir produtos' (checked), 'Transmitir' (checked), and 'Gerenciar' (checked and highlighted in green). Below the progress bar, there is a button labeled 'Copiar Nota'. In the center, there is a box containing the following information: 'Nota fiscal avulsa n°: 000000000219', 'Situação: Pendente de Transmissão' (underlined in red), and 'Chave de acesso: 33150942498675000152558900000002191768371036'. In the top right corner, there is a link labeled 'Manual'.

### 2.3.1. Download XML

Esta funcionalidade permite o download do arquivo XML da NFA-e, a partir de uma nota autorizada ou cancelada.

### 2.3.2. Enviar por e-mail

Esta funcionalidade permite enviar por e-mail o arquivo XML da NFA-e ou o DANFAE em formato PDF, a partir de uma nota autorizada.

### 2.3.3. Carta de Correção

Esta funcionalidade permite que o requerente envie carta de correção. A carta de correção **não** altera o arquivo digital original (XML) nem o DANFAE impresso. Também **não** é gerado um documento para impressão. A carta passa integrar a NFA-e como evento, podendo ser consultada na opção "[Consultar](#)".

Ao clicar no botão, o sistema exibirá a tela para preenchimento da Carta Correção.

Leia as orientações da tela sobre o preenchimento. O sistema permite que sejam feitas até 3 cartas correções.

Após o preenchimento, clique em "Confirmar".

**Carta Correção**

A carta de correção NÃO pode ser utilizada para corrigir erros relacionados a (RICMS/00, Livro VI, art. 22):

- a) de valores ou quantidades;
- b) de dados cadastrais que impliquem mudança da inscrição estadual e do CNPJ do remetente ou do destinatário;
- c) da data de emissão ou de saída.

A carta de correção deve ser emitida no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de emissão do documento fiscal.

O registro de uma nova Carta de Correção substitui a Carta de Correção anterior, assim a nova Carta de Correção deve conter todas as correções a serem consideradas.

Mínimo de 15 e máximo de 1000 caracteres (1000 caracteres restantes)

**Confirmar** **Limpar**

Em caso de sucesso, o sistema exibirá a mensagem “Carta Correção enviada com sucesso”.

**Carta Correção enviada com sucesso!**

**Fechar**

Em caso de erro, o sistema exibirá a respectiva mensagem de erro, com as orientações sobre como proceder.

#### 2.3.4. Cancelar

Esta funcionalidade permite que o requerente cancele a NFA-e. O cancelamento do documento é um evento e uma vez realizado pode ser consultado na opção “[Consultar](#)”.

Leia as orientações da tela sobre o preenchimento e veja no item “1.6. Como cancelar uma NFA-e emitida? em Perguntas Frequentes”.

**Justificativa de cancelamento**

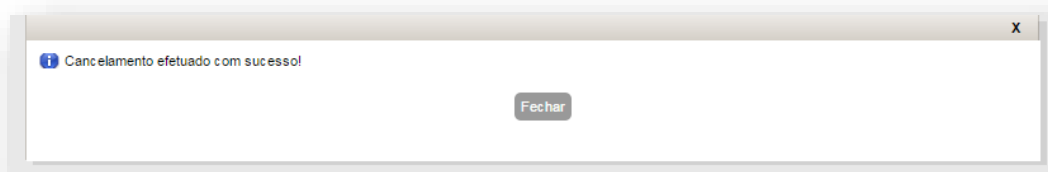
O cancelamento da NFA-e somente pode ser efetuado no prazo de 24 horas, contado do momento em que foi concedida a respectiva autorização de uso.

Mínimo de 15 e máximo de 255 caracteres (255 caracteres restantes)

**Confirmar** **Limpar**



Após o preenchimento, clique em “Confirmar”. Em caso de sucesso, o sistema exibirá a mensagem “Cancelamento efetuado com sucesso”.



Em caso de erro, o sistema exibirá a respectiva mensagem de erro, com as orientações sobre como proceder.

### 2.3.5. Copiar Nota

Esta funcionalidade permite a cópia de uma NFA-e autorizada, cancelada ou de um documento pendente de pagamento, facilitando a edição de uma nova NFA-e.


Esse novo documento poderá ter seus campos alterados para que possa ser transmitida. Dependendo do tipo de remetente, será exigida senha ou certificado digital (Veja tabela “Acesso às funcionalidades de gerenciamento” no item [2.3 Gerenciar Emissão](#)).

### 2.3.6. NFA-e Detalhada

Esta funcionalidade exibe a NFA-e detalhada em abas a partir do padrão nacional.

## 2.4. Consulta da NFA-e

Para consultar a validade do documento, acesse a página inicial do Portal da NFA-e e insira a chave de acesso ou informe os dados do remetente. A consulta exibe a NFA-e detalhada em abas, adotando o mesmo padrão nacional utilizado para NF-e, modelo 55.



### 2.4.1. Consulta dos eventos (cancelamento e carta de correção)

Ao consultar a NFA-e, eventual cancelamento ou envio de carta de correção constarão no quadro “Eventos da NF-e”.

Situação Atual: AUTORIZADA (Ambiente de autorização: produção)		
Eventos da NF-e	Protocolo	Data / Hora
Autorização de Uso (Cód.: 110100)	333160081040541	21/06/2016 às 14:14:03:00
Carta de Correção Eletrônica (Cód.: 110110)	<u>333160082344293</u>	23/06/2016 às 15:23:26:03:00

Data/Hora da Consulta: 23/06/2016 15:28:04

## 2.5. Relatório

Para verificar os documentos emitidos, acesse a funcionalidade relatórios.

Essa opção somente está disponível para que MEI e pessoa física não contribuinte.



## PERGUNTAS FREQUENTES

### 1.1. O que é a NFA-e?

A NFA-e (Nota Fiscal Avulsa eletrônica) está disciplinada no Capítulo II (artigos 35 a 37-B) do Anexo I do Livro VI do Regulamento do ICMS (RICMS/00), aprovado pelo Decreto nº 27.427/00.

Ela substitui o documento emitido manualmente e pode ser utilizada em operações internas ou interestaduais, exterior. Ela adota o mesmo modelo da NF-e – o 55. Assim sendo, a NFA-e é uma NF-e, modelo 55, emitida exclusivamente na série 890.

O documento está em conformidade com o Ajuste SINIEF 7/09, que autoriza as unidades federadas a emitir Nota Fiscal Avulsa por meio eletrônico de dados, condicionando sua validade jurídica em território nacional a sua adequação à NF-e.

### 1.2. Quem pode emitir NFA-e e quando?

De acordo com o art. 35 do Anexo I do Livro VI do RICMS/00, podem emitir NFA-e:

- Microempreendedor Individual (MEI) **que realiza atividade no campo de incidência do ICMS**;
- Pessoa jurídica não contribuinte do ICMS;
- Pessoa física não contribuinte do ICMS;
- Contribuinte paralisado pessoa jurídica;
- Contribuinte paralisado pessoa física; e
- Fisco.

#### MEI

De acordo com a Resolução CGSN 140/18 (art. 106, II), o MEI é:

- a) dispensado da emissão de documento fiscal:
  - a.1) nas operações com venda de mercadorias ou prestações de serviços para consumidor final pessoa física;
  - a.2) nas operações com mercadorias para destinatário inscrito no CNPJ, quando o destinatário emitir nota fiscal de entrada;
- b) obrigado à emissão de documento fiscal:
  - b.1) nas prestações de serviços para tomador inscrito no CNPJ;
  - b.2) nas operações com mercadorias para destinatário inscrito no CNPJ, quando o destinatário não emitir nota fiscal de entrada.

Dessa forma, nas situações tratadas na alínea “a”, a emissão de documento fiscal é facultativa. Já nas hipóteses da alínea “b”, o uso é obrigatório.

Importante observar que somente será autorizada a emissão da NFA-e se, no CAD-ICMS, a inscrição do MEI contribuinte do ICMS estiver habilitada.



#### IMPORTANTE

O MEI somente poderá emitir documento fiscal estadual caso exerça **atividade comercial ou industrial (atividade inserida no campo de incidência do ICMS)**.

Caso se trate de prestação de serviço de transporte intermunicipal e interestadual, frisamos que a NFA-e não pode ser emitida para esse fim. Se emitida, o documento será considerado inidôneo, sujeitando o emitente a multa.

Na hipótese de prestação de serviço inserida no âmbito de competência do município (ISS), também não poderá ser emitida NFA-e. O MEI nesta condição deverá emitir documento autorizado pelo município. Nesse caso, entre em contato com a Prefeitura (Secretaria Municipal de Fazenda).

Para mais informações sobre procedimentos aplicáveis ao MEI, [clique aqui](#) para consultar “Cartilha MEI”. Consulte também o Portal do Empreendedor (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>)

### Pessoa jurídica não contribuinte do ICMS

Relativamente à emissão de NFA-e por pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, vale observar o disposto nos §§ 7º e 8º do art. 35 do Anexo I do Livro VI do RICMS/00, Decreto nº 27.427/00:

“Art. 35. [...]

[...]

§ 7.º Não é exigida a emissão de NFA-e por não contribuinte do ICMS para acobertar a:

I - circulação de bem do ativo fixo e material de uso e consumo pertencente à pessoa jurídica;

II - circulação de móveis e utensílios pertencentes às pessoas físicas;

III - devolução de mercadorias;

IV - importação de bens e materiais de uso e consumo, observado o disposto no parágrafo único do art. 5.º do Livro XI deste Regulamento;

V - exportação de bens.

§ 8.º Na hipótese do § 7.º, poderá ser utilizada simples declaração ou romaneio, ou, no caso de empresa prestadora de serviço sujeito ao ISSQN, documento fiscal previsto na respectiva legislação municipal.”

A não exigência não impede, porém, que a pessoa jurídica, a seu critério, emita NFA-e para acobertar a movimentação do ativo. Esse documento terá o fim específico de acobertar o transporte.

Vale ressaltar que dentro do conceito de circulação do ativo estão as transferências de ativos e material de uso e consumo, as remessas para conserto e reparo, a remessa de material e equipamento para prestação de serviço fora do estabelecimento etc.

Nas trocas em garantia, o adquirente da mercadoria deve apresentar a documentação exigida pelo fornecedor, geralmente, o documento fiscal de aquisição. Também nessas remessas não é exigida a emissão de NFA-e.

Somente será autorizada a emissão se não constar inscrição no CAD-ICMS vinculada ao CNPJ do remetente ou, se constar, a inscrição estiver suspensa ou baixada.

### Pessoa física não contribuinte do imposto

Relativamente à emissão de NFA-e por pessoa física não contribuinte do ICMS, valem as mesmas observações feitas no item anterior.

A não exigência não impede, porém, que a pessoa física, a seu critério, emita NFA-e para uma mudança ou a eventual venda de um bem sem objetivos comerciais. Esse documento terá o fim específico de acobertar o transporte.



#### IMPORTANTE

A venda habitual ou em grande volume caracteriza comercialização e, conseqüentemente, enquadra o remetente na condição de contribuinte do ICMS, sendo vedada sua realização senão por MEI ou por contribuinte regularmente inscrito no CAD-ICMS.

### Contribuinte paralisado pessoa jurídica e pessoa física

O contribuinte inscrito no CAD-ICMS com situação cadastral “Paralisado” somente pode emitir NFA-e para movimentar seu ativo fixo e material de uso e consumo (Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14 c/c com o art. 24 do Livro VI do RICMS/00). A operação de saída é beneficiada pela não incidência prevista no art. 40, XXV, da Lei nº 2.657/96. Para emissão, é exigido que o contribuinte se identifique por meio de e-CNPJ ou e-CPF (certificação digital ICP Brasil), conforme o caso.

Somente será autorizada a emissão se o contribuinte estiver com a inscrição estadual paralisada no CAD-ICMS.

### 1.3. Que operações podem ser realizadas com NFA-e?

REMETENTE	CRT	CST	CSOSN	CFOP
MEI	1		102 300 400 900	1.101, 1.102, 1.201, 1.202, 1.551, 1.554, 1.901, 1.902, 1.904, 1.914, 1.915, 1.916, 1.917, 1.918, 2.101, 2.102, 2.201, 2.202, 2.551, 2.554, 2.901, 2.902, 2.904, 2.914, 2.915, 2.916, 2.917, 2.918, 5.101, 5.102, 5.114, 5.115, 5.124, 5.201, 5.202, 5.411, 5.501, 5.502, 5.551, 5.553, 5.554, 5.556, 5.901, 5.902, 5.903, 5.904, 5.905, 5.910, 5.912, 5.913, 5.914, 5.915, 5.916, 5.917, 5.918, 5.919, 6.101, 6.102, 6.107, 6.108, 6.114, 6.115, 6.124, 6.201, 6.202, 6.411, 6.501, 6.502, 6.551, 6.553, 6.554, 6.556, 6.901, 6.902, 6.903, 6.904, 6.910, 6.912, 6.913, 6.914, 6.915, 6.916, 6.917, 6.918, 6.919, 7.101, 7.102
Pessoa jurídica não contribuinte do ICMS	3	41		1.551, 1.552, 1.554, 1.557, 1.906, 1.916, 1.949, 2.551, 2.552, 2.554, 2.557, 2.906, 2.916, 2.949, 5.551, 5.552, 5.553, 5.554, 5.556, 5.557, 5.901, 5.905, 5.909, 5.915, 5.916, 5.949, 6.551, 6.552, 6.553, 6.554, 6.556, 6.557, 6.901, 6.905, 6.909, 6.915, 6.916, 6.949, 7.949
Pessoa física não contribuinte do ICMS	3	41		5.949, 6.949, 7.949
Contribuinte paralisado pessoa jurídica	1 3	41	400	1.552, 1.557, 2.552, 2.557, 5.552, 5.557, 5.905, 6.552, 6.557, 6.905.
Contribuinte paralisado pessoa física	3	41		1.552, 1.557, 2.552, 2.557, 5.552, 5.557, 5.905, 6.552, 6.557, 6.905.

#### LEGENDA:

CRT (Código do Regime Tributário)	CST (Código da Situação Tributária)	CSOSN (Código da Situação da Operação no Simples Nacional)
1 - Simples Nacional 3 - Regime Normal	00 - Tributada integralmente 20 - Com redução de base de cálculo 40 - Isenta 41 - Não tributada 50 - Suspensão 51 - Diferimento	102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito 300 - Imune 400 - Não tributada pelo Simples Nacional 900 - Outros

CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações)	
ENTRADA	SAÍDA
Operação interna	Operação interna
1.101 - Compra para industrialização ou produção rural 1.102 - Compra para comercialização 1.201 - Devolução de venda de produção do estabelecimento 1.202 - Devolução de venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros. 1.551 - Compra de bem para o ativo imobilizado 1.552 - Transferência de bem do ativo imobilizado 1.554 - Retorno de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento	5.101 - Venda de produção do estabelecimento 5.102 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros 5.114 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros remetida anteriormente em consignação mercantil 5.115 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, recebida anteriormente em consignação mercantil 5.124 - Industrialização efetuada para outra empresa

1.551 - Compra de bem para o ativo imobilizado  
 1.556 - Compra de material para uso ou consumo  
 1.557 - Transferência de material para uso ou consumo  
 1.901 - Entrada para industrialização por encomenda  
 1.902 - Retorno de mercadoria remetida para industrialização por encomenda  
 1.904 - Retorno de remessa para venda fora do estabelecimento  
 1.906 - Retorno de mercadoria remetida para depósito fechado ou armazém geral  
 1.914 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para exposição ou feira  
 1.915 - Entrada de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo  
 1.916 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para conserto ou reparo  
 1.917 - Entrada de mercadoria recebida em consignação mercantil ou industrial  
 1.918 - Devolução de mercadoria remetida em consignação mercantil ou industrial  
 1.949 - Outras entradas de mercadorias ou prestações de serviços

5.201 - Devolução de compra para industrialização ou produção rural  
 5.202 - Devolução de compra para comercialização  
 5.411 - Devolução de compra para comercialização em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária  
 5.501 - Remessa de produção do estabelecimento, com fim específico de exportação  
 5.502 - Remessa de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, com fim específico de exportação;  
 5.551 - Venda de bem do ativo imobilizado  
 5.552 - Transferência de bem do ativo imobilizado  
 5.553 - Devolução de compra de bem para o ativo imobilizado  
 5.554 - Remessa de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento  
 5.556 - Devolução de compra de material de uso ou consumo  
 5.557 - Transferência de material de uso ou consumo  
 5.901 - Remessa para industrialização por encomenda  
 5.902 - Retorno de mercadoria utilizada na industrialização por encomenda  
 5.903 - Retorno de mercadoria recebida para industrialização e não aplicada no referido processo  
 5.904 - Remessa para venda fora do estabelecimento  
 5.905 - Remessa para depósito fechado ou armazém geral  
 5.909 - Retorno de bem recebido por conta de contrato de comodato  
 5.912 - Remessa de mercadoria ou bem para demonstração  
 5.913 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para demonstração  
 5.914 - Remessa de mercadoria ou bem para exposição ou feira  
 5.915 - Remessa de mercadoria ou bem para conserto ou reparo  
 5.916 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo  
 5.917 - Remessa de mercadoria em consignação mercantil ou industrial  
 5.918 - Devolução de mercadoria recebida em consignação mercantil ou industrial  
 5.919 - Devolução simbólica de mercadoria vendida ou utilizada em processo industrial, recebida anteriormente em consignação mercantil ou industrial  
 5.949 - Outras saídas de mercadorias ou prestações de serviços

Operação interestadual	Operação interestadual
2.101 - Compra para industrialização ou produção rural	6.101 - Venda de produção do estabelecimento
2.102 - Compra para comercialização	6.102 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros
2.201 - Devolução de venda de produção do estabelecimento	6.107 - Venda de produção do estabelecimento, destinada a não contribuinte
2.202 - Devolução de venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros.	6.108 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, destinada a não contribuinte;
2.551 - Compra de bem do ativo imobilizado	6.114 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros remetida anteriormente em consignação mercantil
2.552 - Transferência de bem para o ativo imobilizado	

2.554 - Retorno de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento  
 2.556 - Compra de material para uso ou consumo  
 2.557 - Transferência de material para uso ou consumo  
 2.901 - Entrada para industrialização por encomenda  
 2.902 - Retorno de mercadoria remetida para industrialização por encomenda  
 2.904 - Retorno de remessa para venda fora do estabelecimento  
 2.906 - Retorno de mercadoria remetida para depósito fechado ou armazém geral  
 2.914 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para exposição ou feira  
 2.915 - Entrada de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo  
 2.916 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para conserto ou reparo  
 2.917 - Entrada de mercadoria recebida em consignação mercantil ou industrial  
 2.918 - Devolução de mercadoria remetida em consignação mercantil ou industrial  
 2.949 - Outras entradas de mercadorias ou prestações de serviços

6.124 - Industrialização efetuada para outra empresa  
 6.201 - Devolução de compra para industrialização ou produção rural  
 6.202 - Devolução de compra para comercialização  
 6.411 - Devolução de compra para comercialização em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária  
 6.501 - Remessa de produção do estabelecimento, com fim específico de exportação  
 6.502 - Remessa de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, com fim específico de exportação  
 6.551 - Venda de bem do ativo imobilizado  
 6.552 - Transferência de bem do ativo imobilizado  
 6.553 - Devolução de compra de bem para o ativo imobilizado  
 6.554 - Remessa de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento  
 6.556 - Devolução de compra de material de uso ou consumo  
 6.557 - Transferência de material de uso ou consumo  
 6.901 - Remessa para industrialização por encomenda  
 6.902 - Retorno de mercadoria utilizada na industrialização por encomenda  
 6.903 - Retorno de mercadoria recebida para industrialização e não aplicada no referido processo  
 6.904 - Remessa para venda fora do estabelecimento  
 6.905 - Remessa para depósito fechado ou armazém geral  
 5.909 - Retorno de bem recebido por conta de contrato de comodato  
 6.910 - Remessa em bonificação, doação ou brinde  
 6.912 - Remessa de mercadoria ou bem para demonstração  
 6.913 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para demonstração  
 6.914 - Remessa de mercadoria ou bem para exposição ou feira  
 6.915 - Remessa de mercadoria ou bem para conserto ou reparo  
 6.916 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo  
 6.917 - Remessa de mercadoria em consignação mercantil ou industrial  
 6.918 - Devolução de mercadoria recebida em consignação mercantil ou industrial  
 6.919 - Devolução simbólica de mercadoria vendida ou utilizada em processo industrial, recebida anteriormente em consignação mercantil ou industrial  
 6.949 - Outras saídas de mercadorias ou prestações de serviços

Operação de comércio exterior	Operação de comércio exterior
3.101 - Importação para industrialização 3.551 - Importação de bem para o ativo imobilizado 3.556 - Importação de material para uso ou consumo	7.101 - Exportação de produção própria 7.102 - Exportação de mercadoria adquirida terceiros 7.201 - Devolução de compra para industrialização ou produção rural 7.553 - Devolução de compra de bem para o ativo imobilizado 7.556 - Devolução de compra de material de uso ou consumo



7.949 - Outra saída de mercadoria ou prestação de serviço não especificado

#### 1.4. É exigido do usuário cadastro ou certificado digital para utilizar a NFA-e?

Para MEI, pessoa jurídica não contribuinte e pessoa física não contribuinte é exigido cadastro realizado no próprio Portal da NFA-e. O prazo para análise e deferimento do cadastro é de até 24 horas.

Para os demais usuários – contribuinte paralisado –, é exigido certificado digital (e-CPF ou e-CNPJ, conforme o caso).

Importante observar que certificação é exigida apenas para identificar o emissor, não para assinar o documento. Diferentemente dos demais modelos de documentos fiscais eletrônicos (NF-e, NFC-e, CT-e e MDF-e), que são assinados digitalmente pelo próprio remetente, a NFA-e é assinada pela Secretaria de Estado de Fazenda. Por esse motivo, a chave de acesso do documento eletrônico emitido nessa modalidade é formada com o CNPJ da Secretaria Estadual de Fazenda.

Poderá ser utilizado qualquer certificado digital tipo A1 ou A3 emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos da empresa.

Para mais informações, consulte as normas técnicas no [Portal Nacional da NF-e](#).

Caso esteja tendo dificuldade com seu certificado, acesse “[Problemas com certificado digital? Veja o que fazer](#)”.

#### 1.5. Terei que pagar imposto ao emitir NFA-e?

Dependerá do usuário e da operação realizada. Caso se trate de usuário contribuinte e operação tributada, será exigido pagamento do imposto para conclusão da emissão (RICMS/00, Livro VI, Anexo I, art. 35, § 3º). [Clique aqui](#) para saber mais sobre pagamento.

#### 1.6. Como cancelar uma NFA-e emitida?

A NFA-e poderá ser cancelada em até 24 horas, contadas do momento da emissão (RICMS/00, Livro VI, Anexo I, art. 37). Dentro desse prazo, o cancelamento é feito na própria aplicação, em “Gerenciar Emissão” (veja item 2.3 deste manual).

Na hipótese de o usuário ter perdido o prazo para cancelamento, poderá ser solicitada a reabertura do prazo em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/>, “Sistema de reabertura de prazo para cancelamento”. Em caso de dúvidas na utilização do sistema, consulte o Manual disponível no próprio sistema.

Nos termos do *caput* do artigo 5.º da Lei Estadual n.º 5.147/07, o MEI tem desconto de 70% no pagamento da taxa.

A TSE deve ser paga no Portal de Pagamentos da SEFAZ (<https://portal.fazenda.rj.gov.br/pagamentos/>). Dúvidas sobre o preenchimento do DARJ devem ser enviadas para [sac.darj@fazenda.rj.gov.br](mailto:sac.darj@fazenda.rj.gov.br).



#### IMPORTANTE

Após deferido o pedido de reabertura, o usuário deve retornar ao Sistema NFA-e para transmitir o evento de cancelamento. Ou seja, não basta pagar a taxa e solicitar a reabertura. É necessário, após esse procedimento, transmitir o evento de cancelamento no Sistema NFA-e. Ressaltamos ainda que o contribuinte, mesmo bloqueado, consegue realizar o cancelamento da NFA-e.

#### 1.7. Posso emitir carta de correção da NFA-e?

O usuário poderá enviar carta de correção para sanar erros, desde que eles **NÃO** estejam relacionados a (RICMS/00, Livro VI, art. 22 da Parte Geral e 37-A do Anexo I):



- a) valores ou quantidades;
- b) dados cadastrais que impliquem mudança da inscrição estadual e do CNPJ do remetente ou do destinatário;
- c) data de emissão ou de saída.

A carta de correção deve ser emitida no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de emissão do documento fiscal.

Será permitida a emissão de até três cartas de correção. O registro de uma nova Carta de Correção substitui a Carta de Correção anterior, assim a nova Carta de Correção deve conter todas as correções a serem consideradas.

A emissão da Carta de Correção é feita na função “Gerenciar Emissão” (veja item 2.3 deste manual).

### 1.8. Há contingência para NFA-e?

Não há contingência para NFA-e.

### 1.9. Sou MEI e ao tentar emitir uma NFA-e o sistema informa que minha inscrição está baixada, paralisada, impedida ou cancelada no CAD-ICMS e não me permite continuar. O que fazer?

O MEI contribuinte do ICMS somente pode emitir NFA-e se estiver regularmente inscrito no CAD-ICMS (IE habilitada). Se a situação cadastral estiver diferente de habilitada, o MEI deve entrar em contato com o setor de cadastro (<https://portal.fazenda.rj.gov.br/cadastro/>), para, se possível, regularizar a situação.

### 1.10. Sou MEI, mas o sistema NFA-e aponta que não estou enquadrado. O que fazer?

O usuário deve consultar o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/cadastro/> e verificar se o registro de MEI consta nesse comprovante.



Secretaria de Estado de Fazenda  
Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data da concessão da inscrição
3		15/09/2023

Nome empresarial	
5	
Título do estabelecimento	
Natureza Jurídica	Tipo de unidade principal
Empresário (Individual)	Unidade Operacional
Regime de apuração	
Simples nacional - Optante Simei	

Se não constar o “Simples nacional – Optante Simei” como regime de apuração, entre em contato com o Canal de Atendimento do Cadastro de Contribuintes do ICMS, em <https://atendimentocadastro.fazenda.rj.gov.br/CadastroContribuinte/contribuinte/formulario>.

**1.11. Sou pessoa jurídica não contribuinte e ao tentar emitir uma NFA-e o sistema informa que possuo inscrição (habilitada, paralisada ou impedida) no CAD-ICMS e não me permite continuar. O que fazer?**

Somente será autorizada a emissão de NFA-e se não constar inscrição no CAD-ICMS vinculada ao CNPJ do remetente ou, se constar, a inscrição estiver suspensa ou baixada.

Assim, caso exista inscrição “habilitada”, “paralisada” ou “impedida” vinculada ao CNPJ informado, a pessoa jurídica não contribuinte deverá solicitar a baixa da inscrição na repartição fiscal a que está vinculada para conseguir emitir NFA-e. Verifique a repartição fiscal mediante consulta do [Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral \(CISC\)](#).

**1.12. O que é código NCM e como posso obtê-lo?**

NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) é um código de oito dígitos para identificar a natureza das mercadorias. O código da mercadoria pode ser consultado em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/>, item **Tabela de código NCM**. Dúvidas sobre o correto enquadramento também devem ser encaminhadas para a RFB.

Na hipótese de se tratar de item que não possa ser classificado (alimentos servidos nos restaurantes, por exemplo), o campo deve ser preenchido com 8 zeros: “00000000” (Nota Técnica 2014/004).

**1.13. Por que para o tipo de remetente “pessoa física (não contribuinte)” somente está habilitada a operação “Outras saídas de mercadorias ou prestações de serviços” (CFOP 5.949/6.949)? Ele pode ser utilizado na eventual venda de bem?**

As saídas realizadas por pessoas físicas não contribuintes, por não caracterizem a ocorrência do fato gerador do ICMS, diferem das que são promovidas por contribuintes e, por esse motivo, se adequam melhor ao conceito de “outras saídas” a que se referem os códigos 5.949 e 6.949 (respectivamente, saídas internas e interestaduais). Vale observar que a emissão da NFA-e por esses remetentes visa apenas acompanhar o transporte. Portanto, qualquer que seja a operação realizada por essas pessoas, será classificada nesses códigos.

**1.14. Não sou contribuinte e necessito devolver mercadoria. O que fazer?**

Pessoas físicas e jurídicas não contribuintes do imposto não são obrigadas a emitir documento fiscal para promover a devolução de mercadorias. A operação de devolução deve ser documentada pelo próprio fornecedor, mediante a emissão de NF-e de entrada. Entretanto, é facultado ao não contribuinte emitir NFA-e para acompanhar o transporte da mercadoria. Vale ressaltar que nesse documento não será consignado valor relativo ao ICMS.

Art. 36 do Anexo XIII da Parte II da Resolução SEFAZ 720/14:

*"Art. 36. No caso de devolução, total ou parcial, de mercadoria alienada a não contribuinte ou pessoa não obrigada à emissão de documento fiscal, o remetente originário deverá emitir Nota Fiscal de entrada, na qual conste, além dos demais requisitos exigidos:*

*[...]*

*§ 2.º Na hipótese de o adquirente não contribuinte, pessoa física ou jurídica, emitir, a seu critério, NFA-e para devolução de mercadoria, o documento terá o fim específico de simples acompanhamento de transporte, sendo vedado o destaque de ICMS, devendo o contribuinte do ICMS emitir obrigatoriamente Nota Fiscal de entrada de que trata o caput deste artigo."*

**1.15. Qual será o valor da NFA-e no caso de transporte de bens em face de mudança?**

Embora o preenchimento do campo seja necessário para emissão do documento, o valor é de livre determinação pelo remetente, podendo ser até simbólico.

**1.16. O destinatário da NFA-e, quando contribuinte do ICMS, pode escriturá-la ou é necessário emitir NF-e de entrada?**

O contribuinte destinatário deverá obrigatoriamente emitir NF-e de entrada, modelo 55, referenciando a NFA-e recebida.

### 1.17. Preciso de NFA-e para acobertar o transporte de mercadorias importadas?

Nas importações, o transporte da mercadoria até o local de destino não é realizado por documento fiscal. A operação é acobertada pelo extrato da Declaração de Importação, pelo respectivo Comprovante de Importação e, conforme o caso, pelo DARJ ou pela GNRE ou Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS. Assim determina o art. 5º c/c 7º do Livro XI do RICMS/00:

*“Art. 5º O estabelecimento importador emitirá a Nota Fiscal relativa a cada importação, em consonância com o disposto no inciso V, do artigo 34, do Livro VI, na qual deverá estar consignada a identificação da repartição onde se processar o desembaraço aduaneiro, o número e a data do registro da Declaração de Importação.*

*Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica a importador, pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS, que deve realizar o transporte da mercadoria ou bem importado até o local de destino, acompanhado dos documentos mencionados no inciso I, do artigo 7.º.*

*[...]*

*Art. 7º O transporte da mercadoria ou bem importado até o estabelecimento do importador ou responsável deve estar acompanhado dos seguintes documentos:*

*I - quando se tratar de transporte em uma única vez ou por ocasião da primeira remessa, no caso de transporte parcelado:*

- 1. extrato da Declaração de Importação;*
- 2. respectivo Comprovante de Importação;*
- 3. 2.ª (segunda) via do DARJ ou da GNRE, ou 1.ª (primeira) via da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS, conforme o caso;”*

Portanto, pessoas não contribuintes do imposto não necessitam de NFA-e para acobertar a mercadoria importada até o local de destino.

### 1.18. Sou MEI prestador de serviço. Posso emitir NFA-e?

A NFA-e autorizada pelo Estado se destina a acobertar saída de mercadorias, portanto, se destina ao MEI que exerça **atividade comercial ou industrial**.

Na hipótese de prestação de serviço, deverá emitir documento autorizado pelo município. Nesse caso, entre em contato com a prefeitura.

O MEI prestador de serviço poderá emitir NFA-e somente para acobertar a movimentação de seu ativo (máquinas e equipamentos necessários para prestar o serviço). Observe, entretanto, que não há obrigatoriedade de emissão desse documento. Segundo o § 8º do art. 35 do Anexo I do Livro VI do RICMS/00, Decreto nº 27.427/00, para acobertar a movimentação de seu ativo, o prestador de serviço poderá utilizar simples declaração, romaneio, ou documento fiscal previsto na legislação municipal a que está sujeito.

### 1.19. Como o contribuinte do ICMS, destinatário da NFA-e, deve escriturar o documento?

O contribuinte do ICMS, destinatário da NFA-e, deve emitir NF-e de entrada. A NF-e de entrada será escriturada com referência à NFA-e recebida. No caso de contribuinte obrigado à EFD, a referência deve ser feita no registro próprio destinado a documentos referenciados. Caso o contribuinte não esteja obrigado à EFD, a anotação deve ser feita no campo “Observações”.

RICMS/00, Decreto nº 27.427/00, Livro I, Anexo, do art. 35, § 5º:

*“Art. 35 [...]*

*§ 5.º O contribuinte destinatário de NFA-e deverá acobertar a entrada da mercadoria mediante emissão de NF-e, cuja escrituração se fará com referência à NFA-e recebida.”*

### 1.20. É necessário registro, cadastro ou pagamento de taxa para emitir NFA-e?

Para MEI e pessoa física não contribuinte, é necessário cadastro, mas não há exigência de pagamento de taxa. Para os demais usuários, é exigido certificação digital. Veja o item Acesso deste Manual.

### 1.21. Em que momento deve ser emitida a NFA-e?

A NFA-e não se confunde com orçamento nem com pré-venda. Ela deve ser emitida no momento da saída da mercadoria, ativo ou bem. A emissão no momento correto evita erros e a necessidade de cancelamento.

### 1.22. Qual é o prazo de validade da NFA-e?

Relativamente ao prazo de validade do documento fiscal, deve ser observado o disposto nos artigos 21 e 24 do Livro VI do RICMS/00, Decreto nº 27.427/00:

*“Art. 21. Para fins de acobertar o transporte de mercadorias no território deste Estado, o prazo de validade do documento fiscal, contado a partir da data da saída da mercadoria é de:*

*I - 3 (três) dias corridos, quando o remetente e o destinatário estiverem localizados no mesmo município ou em municípios limítrofes;*

*II - 7 (sete) dias corridos nos demais casos;*

*III - até a data do retorno da mercadoria, nas hipóteses previstas na legislação.*

*§ 1.º Na contagem do prazo a que se refere este artigo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.*

*§ 2.º Considera-se dia do início aquele indicado no documento fiscal como correspondente à data da saída da mercadoria ou, na sua falta, a data da emissão do documento fiscal.*

*§ 3.º Quando o transporte for efetuado por empresa transportadora, o prazo de validade, previsto nos incisos do caput deste artigo, será contado:*

*I - da data constante do CT-e ou do Manifesto de Cargas, conforme o caso, relativamente ao percurso entre o estabelecimento da transportadora e o do destinatário;*

*II - da data constante do novo Manifesto de Cargas emitido, no caso de mercadorias procedentes de diversos estabelecimentos da transportadora, reagrupadas para entrega aos destinatários.*

*§ 4.º Na remessa para fora do Estado, por via marítima ou aérea, o prazo de validade do documento se refere ao percurso entre os estabelecimentos remetentes e o local de embarque.*

*[...]*

*Art. 24. Considera-se documento inidôneo para todos os efeitos fiscais, sujeitando o infrator à penalidade cabível, fazendo prova apenas em favor do Fisco, aquele que incida em qualquer das seguintes hipóteses:*

*[...]*

*X - seja utilizado fora do prazo de validade que lhe for atribuído pela legislação tributária para o fim respectivo;*

*[...]*”

### 1.23. Quais são os erros mais comuns no preenchimento da NFA-e?

Os erros mais comuns no preenchimento da NFA-e estão relacionados com o preenchimento do código NCM e da emissão com data muito atrasada. No quadro abaixo, estão os motivos dos erros e como saná-los:

Mensagem de erro	Motivo	Como corrigi-lo
Rejeição: Informado NCM inexistente.	O usuário informou no campo NCM do produto um código que não consta da tabela de NCM (veja pergunta 1.12).	Deve informar um código válido (veja pergunta 1.12).

		O novo documento deve ser preenchido sem aproveitar o rascunho.
Rejeição: Data de Emissão muito atrasada.	O usuário aproveitou rascunho de documento preenchido há mais de 30 dias.	Deve preencher um novo documento sem aproveitar o rascunho. Ao iniciar um novo documento, clique em “não” quando for questionado sobre o aproveitamento do rascunho.
Uso Denegado: Irregularidade Fiscal do Destinatário	Ocorre quando o <u>destinatário</u> da mercadoria está irregular no Fisco estadual. Saiba a situação cadastral do destinatário em consulta do <a href="#">Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (CISC)</a>	Entre em contato com o destinatário.
Rejeição: NF-e sem tag IE do destinatário	Ocorre quando o usuário preenche incorretamente os campos “Consumidor Final” e “Identificação do Destinatário” ou não preenche o campo inscrição estadual.	Os campos devem ser preenchidos corretamente.

#### 1.24. É possível integrar o emissor a NFA-e com sistemas externos (sistemas do usuário)?

Não. O sistema emissor de NFA-e da SEFAZ não pode ser integrado com sistemas externos. Salientamos que não se trata de "emissor gratuito", mas de aplicação emissora de nota fiscal avulsa eletrônica, modelo 55, assinada digitalmente pela SEFAZ.

Cabe observar ainda que a autorização para emissão da NFA-e, com validade jurídica nacional, decorre do Ajuste SINIEF 7/09 que determina:

*"Cláusula primeira Ficam os Estados Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe e o Distrito Federal autorizados a emitir a Nota Fiscal Avulsa - NFA -, e Nota Fiscal de Produtor Rural - NFPR -, documentos fiscais de uso das respectivas Secretarias de Fazenda, **que serão emitidas pelos sistemas eletrônicos próprios das correspondentes Secretarias de Fazenda, disponíveis em seus respectivos endereços eletrônicos.**"*

Grifamos

#### 1.25. Como o MEI deve emitir NFA-e de devolução de mercadoria?

Ao emitir NFA-e para devolver mercadorias, o MEI deve escolher o CFOP específico de “devolução”, referenciar o documento de origem e preencher os demais campos com as informações desse documento de origem (NCM, mercadorias, valores). O imposto porventura destacado no documento não será cobrado do emitente.

Atenção! Caso seja selecionado CFOP (natureza da operação) incorreto (ou seja, diferente de devolução), a aplicação entenderá eventual destaque de imposto como devido e exigirá seu pagamento. Portanto, atenção ao selecionar o CFOP. Se a operação é de devolução, deve ser selecionado CFOP de devolução.

As informações sobre base de cálculo, alíquota, NCM devem ser as mesmas que constam na NF-e recebida. Consulte essas informações na consulta completa do documento em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/>, opção “Consulta e recuperação de arquivo com chave de acesso”. Informações sobre imposto devido por substituição tributária devem constar no campo “Informações Complementares”.

#### **1.26. Por que a chave de acesso da NFA-e não é formada com o CNPJ do usuário?**

Diferentemente dos demais modelos de documentos fiscais eletrônicos (NF-e, NFC-e, CT-e e MDF-e), que são assinados digitalmente pelo próprio remetente, a NFA-e é assinada pela Secretaria de Estado de Fazenda. Por esse motivo, a chave de acesso do documento eletrônico emitido nessa modalidade é formada com o CNPJ da Secretaria Estadual de Fazenda.

Para mais informações, consulte as normas técnicas no [Portal Nacional da NF-e](#).

Sobre escrituração do documento por destinatários contribuintes do ICMS, consulte a pergunta 1.18.

#### **1.27. Como recuperar senha de acesso (cadastro)?**

Para recuperar a senha, o usuário MEI ou pessoa física não contribuinte deve acessar a aplicação, clicar em “emitir” e em seguida em “Recuperar Senha”. Deve ser informado o CNPJ ou CPF, conforme o caso. Depois, basta confirmar. Será encaminhada mensagem para o usuário solicitando que seja redefinida uma nova senha.

Caso o usuário pessoa física não saiba o e-mail fornecido no ato do cadastro, poderá solicitar a alteração do e-mail cadastrado, devendo enviar imagem da identidade e CPF.

Para realizar a solicitação, acesse o Canal de Atendimento de DF-e (Documentos Fiscais Eletrônicos) em <https://atendimentodfe.fazenda.rj.gov.br/ForAtendimentoDFE/contribuinte/formulario>.

No caso de MEI, o e-mail cadastrado será o e-mail que consta no Sistema de Cadastro da SEFAZ. Consulte os dados cadastrais no [SEC \(Serviços Eletrônicos de Cadastro\)](#).

#### **1.28. Fiz o cadastro para acessar a aplicação e, após 24 horas, não recebi resposta da análise. O que fazer?**

Caso não tenha recebido resposta da análise do pedido de cadastro, passadas as 24 horas, basta acessar a aplicação e informar a senha cadastrada.

#### **1.29. Meu CNPJ de MEI foi baixado. Como faço para atualizar o meu cadastro com o novo CNPJ ativo?**

Tendo em vista a obrigatoriedade de inscrição estadual, ao obter novo CNPJ, deverá solicitar nova IE e, em seguida, se cadastrar no emissor da NFA-e.

#### **1.30. O preenchimento da NFA-e fica salvo como rascunho para que eu possa continuar o preenchimento em um outro momento?**

Sim. O rascunho funciona apenas para notas não finalizadas, ou seja, se o usuário preencher uma nota e não finalizar. Além disso, o usuário terá 24 horas para aproveitar o rascunho. Após 24 horas, o rascunho será descartado.

#### **1.31. O produtor rural pessoa física pode emitir NFA-e?**

Não é mais permitido ao produtor rural pessoa física emitir NFA-e (Decreto nº 46.928/20).

O produtor rural pessoa física deve emitir Nota Fiscal de Produtor, modelo 4 (talão); ou Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, por meio de aplicação PRÓPRIA.

Caso queira emitir NF-e, deve adquirir no mercado software emissor. Há aplicações gratuitas. Recomendamos entrar em contato com o SEBRAE.

#### **1.32. O usuário está bloqueado no sistema NFA-e. Quais são os motivos e o que fazer?**

Preliminarmente, cabe esclarecer que o bloqueio no sistema NFA-e não se confunde com bloqueio de endereço IP. Vejamos as diferenças entre eles e o que fazer.

##### **a) Bloqueio de endereço IP**



### Acesso bloqueado e/ou negado

Mediante o recebimento da mensagem de acesso bloqueado e/ou negado, é possível que seu endereço IP se encontre bloqueado pelas ferramentas de segurança da SEFAZ-RJ.

Para que possamos analisar o motivo do seu bloqueio, solicitamos que você nos informe seu endereço IP.

Se porventura você não sabe seu endereço IP, favor acessar o endereço <http://www.meuip.com.br> e anotar o endereço IP (numeral composto por quatro sequências numéricas, exemplo: 200.217.4.57 ([www.fazenda.rj.gov.br](http://www.fazenda.rj.gov.br))).

Anote também o detalhamento do erro e a URL (endereço que estava sendo acessado no momento da mensagem de bloqueio).

Envie essas três informações à Equipe de Atendimento da SEFAZ-RJ [clique aqui](#).

No caso de bloqueio de endereço IP, deve entrar em contato com o suporte do Portal da SEFAZ, em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, item “Acesso negado ao portal e/ou problemas de bloqueio”.

### b) Bloqueio no sistema NFA-e



O motivo do bloqueio no sistema NFA-e é enviado para o e-mail cadastrado na aplicação e dependerá do tipo de usuário:

- **MEI**

- **Informar dados incorretos no cadastro**

Os dados no cadastro do emissor devem ser idênticos aos constantes do CNPJ e certificado de MEI. Se os dados forem divergentes, em especial, se o campo “nome empresarial” for preenchido com o “nome fantasia” e se os dados do responsável não forem os dados do MEI, o cadastro será bloqueado (ou pedido de cadastro indeferido).

Para desbloqueio, o usuário deverá enviar solicitação de desbloqueio no canal de atendimento <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, opção “**Dúvidas Operacionais / Sistemas**”, item **DF-e (Documentos fiscais eletrônicos)**, com os seguintes documentos:

- certificado de MEI atualizado, em formato pdf, obtido em [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- comprovante de CNPJ, em formato pdf, obtido em [www.receita.economia.gov.br](http://www.receita.economia.gov.br);
- imagens da identidade e CPF.

- **Ultrapassar o limite de receita permitido para enquadramento no MEI/SIMEI**

Com base nas informações constantes dos sistemas da SEFAZ (dados de documentos fiscais emitidos; dados de meios de pagamento – operações com cartão de crédito e débito), o usuário poderá ser bloqueado quando verificado que ultrapassou o limite permitido para enquadramento como MEI/SIMEI.

Sobre limites e condições de enquadramento, recomendamos consultar o Portal do Empreendedor em <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>, Dúvidas Frequentes, em especial, item “Desenquadramento” e item “O que é desenquadramento para o MEI?”

Ao ultrapassar o limite permitido para se manter como MEI/SIMEI, **tanto o de vendas quanto o de compras**, o contribuinte deverá solicitar seu desenquadramento no [Portal do Simples Nacional](#). Uma vez desenquadrado, deve emitir documento por aplicação própria (ou seja, não poderá mais utilizar NFA-e).

Caso discorde da decisão de bloqueio, deverá iniciar processo administrativo, via [SEI](#), juntando os seguintes documentos:

- solicitação de desbloqueio, assinada pelo representante legal, direcionada à CDDF/SUCIEF;
- certificado de MEI e comprovante de CNPJ atualizados;
- cópia da identidade e CPF do MEI e, se for o caso, do representante legal;
- planilha com lista de todos os documentos fiscais emitidos no ano anterior e corrente, que se encontrem na condição de autorizados, identificando chave de acesso, data de emissão, CFOP e valor total, como no exemplo abaixo:

	A	B	B	C
1	Chave de Acesso	Data de emissão	CFOP	Valor total da nota
2	33... (44 dígitos)	01/02/2020	5102	824,65

- planilha com os dados de pagamento (valores recebidos, em especial, por meio de cartão de crédito ou débito).

**O pedido que não vier instruído com os documentos e as planilhas acima citados será indeferido de plano.**

Frisamos ainda que poderá ser aberta ação fiscal para verificação da veracidade das informações prestadas.

### **Importante! Documento emitido com valor errado**

O bloqueio por ultrapassar o limite pode ocorrer em razão de o usuário ter emitido documento com valor incorreto e não ter, imediatamente, cancelado. Ultrapassado o prazo de 24 horas, contado da emissão do documento, o cancelamento somente será possível mediante pedido de reabertura de prazo, sendo exigido taxa (veja item sobre cancelamento neste manual). E o desbloqueio somente ocorrerá se cancelado o documento.

Se esse for o caso, não será necessário apresentar pedido na repartição fiscal. O usuário deverá adotar os seguintes procedimentos:

- solicitar a reabertura de prazo no sistema “reabertura de prazo para cancelamento” em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/> (leia o manual disponível no sistema de reabertura antes de realizar o pedido);
- após deferido o pedido de reabertura, enviar pedido de desbloqueio no canal de atendimento <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, opção “**Dúvidas Operacionais / Sistemas**”, item **DF-e (Documentos fiscais eletrônicos)**, com os seguintes documentos:
  - certificado de MEI atualizado, em formato pdf;
  - imagem do sistema de cancelamento extemporâneo, indicando que o pedido de reabertura foi deferido;
  - planilha, em formato eletrônico, com lista de todos os documentos fiscais emitidos, conforme exemplo acima, incluído o documento que deve ser cancelado por erro.

### **- CNPJ baixado, inapto ou não enquadrado como MEI/SIMEI**

Quando verificado que o CNPJ informado está baixado, inapto ou não enquadrado como MEI/SIMEI, o cadastro será bloqueado.

Lembramos que a emissão NFA-e por usuários com CNPJ nessa condição sujeita o emissor a penalidade e denúncia ao Ministério Público.



#### - Atividade de prestação de serviço inserida no campo de incidência do ISS

A NFA-e somente pode ser utilizada por MEI que exerce atividade no campo de incidência do ICMS, especificamente, comércio de mercadorias (no anexo XI da Resolução CGSN nº 140/18, coluna ICMS da linha da atividade exercida marcada com SIM).

Essa informação consta na página inicial do emissor, no formulário de cadastro e é repetida sempre que iniciada uma nova emissão.

Se verificada a emissão de documento por prestador de serviço, o usuário será bloqueado, ficando sujeito a penalidade e denúncia ao Ministério Público.

MEI que exerce atividade de prestação de serviço inserida no campo de incidência do ISS deve emitir documento autorizado pela Prefeitura (Secretaria Municipal de Fazenda).

#### - Atividade de transporte intermunicipal e interestadual

Preliminarmente, cabe esclarecer que, no caso de transporte municipal, devem ser observadas as informações do item anterior – “MEI que exerce atividade de prestação de serviço inserida no campo de incidência do ISS”.

Esclarecido isso, lembramos que a NFA-e somente pode ser utilizada por MEI para acobertar a venda de mercadoria. O documento não pode ser utilizado como Conhecimento de Transporte em prestações intermunicipais e interestaduais. Se emitido, o usuário será bloqueado, ficando sujeito a penalidade e denúncia ao Ministério Público.

Para saber qual documento o MEI deve emitir na prestação de serviço intermunicipal e interestadual (e se deve emitir), entre em contato com canal de atendimento <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, opção “**Legislação Tributária**”.

- **Pessoa física não contribuinte do ICMS**

O usuário pessoa física não contribuinte será bloqueado por uso indevido da NFA-e, ou seja, quando verificado que o documento não está sendo utilizado para acobertar uma mudança ou uma venda eventual de um bem. Frisamos que a venda com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial o enquadra como contribuinte do ICMS (art. 15 da Lei 2.657/96).

Também será bloqueado (ou pedido de cadastro indeferido) se os dados do responsável divergirem do da pessoa cadastrada como o usuário “pessoa física não contribuinte”.

Além do bloqueio, o usuário poderá ser autuado e denunciado ao Ministério Público, por exercício irregular de atividade econômica sujeita à inscrição estadual.

Lembramos que a emissão do documento nas situações permitidas é uma faculdade, e não uma obrigação. Em devoluções de mercadorias, cabe ao estabelecimento que a vendeu emitir o documento fiscal de entrada. Inclusive, a eventual emissão da NFA-e não desobriga o contribuinte do ICMS de emitir o documento de entrada. Portanto, se for o caso, para reduzir a burocracia, entre em contato com o estabelecimento, a fim de que seja emitido apenas o documento fiscal de entrada por ele.

Caso a emissão em quantidade excessiva tenha decorrido de erro no preenchimento sem o devido cancelamento imediato do documento, frisamos que o desbloqueio somente ocorrerá após o cancelamento, que exigirá taxa após o prazo de 24 horas, contado da emissão (verifique o item cancelamento deste manual). Por isso, sempre revise o documento antes de transmiti-lo para obter autorização. E, caso verifique o erro após autorização, cancele o documento imediatamente.

Se precisar solicitar a reabertura de prazo para cancelamento, adote os seguintes procedimentos:

- acesse o sistema “reabertura de prazo para cancelamento” em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/> (leia o manual disponível no sistema de reabertura antes de realizar o pedido;
- após deferido o pedido de reabertura, envie pedido de desbloqueio no canal de atendimento <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, opção “**Dúvidas Operacionais / Sistemas**”, item **DF-e (Documentos fiscais eletrônicos)**, com a

imagem do sistema de cancelamento extemporâneo, indicando que o pedido de reabertura foi deferido;

Lembramos que produtores rurais pessoas físicas são obrigadas a se inscrever no cadastro de ICMS do Estado (saiba mais em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/cadastro/>) e não podem emitir NFA-e. Devem emitir documento próprio: Nota Fiscal de Produtor, modelo 4; ou NF-e, por aplicação própria.

Prestadores de serviço (professores, assessores, eletricitas, arquitetos, taxistas etc.) também não podem utilizar NFA-e. Esses profissionais devem emitir documento autorizado pela Prefeitura (Secretaria Municipal de Fazenda).

- **Pessoa jurídica não contribuinte do ICMS**

O usuário pessoa jurídica não contribuinte também poderá ser bloqueado por uso indevido da NFA-e, ou seja, quando verificado que o documento não está sendo utilizado para movimentar ativo ou acobertar uma venda eventual. Frisamos que a venda com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial o enquadra como contribuinte do ICMS (art. 15 da Lei 2.657/96).

Além do bloqueio, o usuário poderá ser autuado e denunciado ao Ministério Público, por exercício irregular de atividade econômica sujeita à inscrição estadual.

Lembramos que a emissão do documento para movimentar o ativo ou realizar uma venda eventual é uma faculdade, e não uma obrigação. Em devoluções e retorno de mercadorias para contribuintes do ICMS, cabe ao contribuinte do ICMS emitir o documento fiscal de entrada. Inclusive, a eventual emissão da NFA-e não desobriga o contribuinte do ICMS de emitir o documento de entrada. Portanto, se for o caso, para reduzir a burocracia, entre em contato com o contribuinte do ICMS, a fim de que seja emitido apenas o documento fiscal de entrada por ele.

### **1.33. Para emitir NFA-e, o MEI precisa de inscrição estadual?**

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 533/23, alterada pela Resolução SEFAZ nº 589/23, passa a ser exigido do MEI contribuinte do ICMS inscrição estadual. Em consequência disso, somente poderá emitir NFA-e na opção MEI, o microempreendedor que exerça atividade sujeita ao ICMS e que possua inscrição estadual na situação regular;

#### **- Transição**

a) até 29 de janeiro de 2024 os usuários já cadastrados no sistema NFA-e antes da produção de efeitos da Resolução (1º de agosto de 2023), poderão continuar emitir NFA-e sem IE. Findo o prazo, somente conseguirão emitir se possuírem IE regular. Antes da data citada, o MEI contribuinte do ICMS poderá se antecipar e se inscrever no CAD-ICMS, passando a emitir seus documentos já com a inscrição estadual.

b) para os novos usuários, a partir de 1º de agosto de 2023 a IE já é obrigatória para emitir NFA-e.

#### **- Como obter IE**

Para saber como se inscrever no CAD-ICMS, acesse o Manual de Cadastro em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/cadastro/> ou entre em contato com o canal de atendimento <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, opção “**Dúvidas Operacionais/Sistemas**”, item “**Cadastro**”.

#### **- MEI prestador de serviço sujeito ao ISS**

O MEI prestador de serviço, sujeito ao ISS, que não comercializa mercadoria, poderá emitir NFA-e, mas deverá fazê-lo utilizando a opção “Pessoa Jurídica não contribuinte do ICMS”. Nessa situação, será exigido certificado digital. Lembramos que a legislação tributária não exige a emissão de nota fiscal por prestadores de serviço não contribuintes.

### **1.34. Como posso incluir ou alterar o e-mail no sistema NFA-e?**

Para inclusão ou alteração de seu e-mail no sistema NFA-e, siga os seguintes passos:

- se o e-mail não consta ou consta errado no CNPJ (consulte o comprovante no Portal da Receita Federal do Brasil - RFB) atualize o e-mail nesse órgão (RFB);
- se o e-mail consta corretamente no CNPJ (consulte o comprovante no Portal da RFB), atualize o e-mail na JUCERJA (REGIN).

Após atualizar o e-mail nesses órgãos, a atualização no Sistema de Cadastro, na SEFAZ, ocorrerá automaticamente em até 24 horas.

Vencidas essas 24 horas e não atualizado o dado na SEFAZ (verifique os dados cadastrais no [SEC \(Serviços Eletrônicos de Cadastro\)](#)), entre em contato com o suporte do cadastro em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, opção “Cadastro”.

#### **1.35. Como posso obter suporte na SEFAZ sobre a NFA-e?**

Em <https://portal.fazenda.rj.gov.br/fale-conosco/>, clique em:

- “**Legislação Tributária**”, para dúvidas relacionadas com a legislação;
- “**Dúvidas Operacionais/Sistemas**”, opção “**DF-e (Documentos Fiscais Eletrônicos)**” para dúvidas técnico-operacionais, como regra de credenciamento e validação.

## CONTROLE DE VERSÕES

Data	Alterações
24/09/2015	1ª Publicação
05/10/2015	<p>Alterado para incluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) os CFOPs:</p> <p>1.554/2.554 - Retorno de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento;</p> <p>1.906/2.906 - Retorno de mercadoria remetida para depósito fechado ou armazém geral;</p> <p>5.554/6.554 - Remessa de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento;</p> <p>5.905/6.905 - Remessa para depósito fechado ou armazém geral.</p>
16/12/2015	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) os CFOPs: <ul style="list-style-type: none"> <li>1.904/2.904 - Retorno de remessa para venda fora do estabelecimento;</li> <li>5.114/6.114 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros remetida anteriormente em consignação mercantil;</li> <li>5.124/5.124 - Industrialização efetuada para outra empresa;</li> <li>5.904/6.904 - Remessa para venda fora do estabelecimento;</li> <li>5.917/6.917 - Remessa de mercadoria em consignação mercantil ou industrial;</li> </ul> </li> <li>- incluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) o CFOP 7.102 - Exportação de mercadoria adquirida terceiros, para emitentes "pessoa física não contribuinte" e "pessoa jurídica não contribuinte".</li> <li>- incluir a pergunta frequente 11.9 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.17</i>).</li> </ul>
26/01/2016	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) o CFOP "7.949 - Outra saída de mercadoria ou prestação de serviço não especificado" para emitentes "pessoa física não contribuinte" e "pessoa jurídica não contribuinte";</li> <li>- excluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) o CFOP 7.102 - Exportação de mercadoria adquirida terceiros, para emitentes "pessoa física não contribuinte" e "pessoa jurídica não contribuinte", tendo em vista a natureza do CFOP, que configuraria aquisição de mercadoria para revenda (operação própria de contribuinte)</li> <li>- incluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) os CFOPs abaixo listados para emitente "produtor rural pessoa física": <ul style="list-style-type: none"> <li>1.914 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para exposição ou feira;</li> <li>2.914 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para exposição ou feira;</li> <li>5.914 - Remessa de mercadoria ou bem para exposição ou feira;</li> <li>6.914 - Remessa de mercadoria ou bem para exposição ou feira;</li> </ul> </li> <li>- atualização da pergunta frequente 11.3 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.11</i>);</li> <li>- atualização do item 12 (Dúvidas - Fale Conosco) da Parte I (<i>a partir de 30/01/17, item 2 das perguntas frequentes</i>).</li> </ul>
08/03/2016	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir informações sobre a "Cartilha do MEI" no item 3.1 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.2</i>);</li> <li>- Incluir no item 4 (<i>a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3</i>) os CFOPs abaixo listados para emitente "MEI":</li> </ul>

	<p>           1.101/2.101 - Compra para industrialização ou produção rural;            1.102/2.102 - Compra para comercialização;            1.551/2.551 - Compra de bem para o ativo imobilizado;            1.901/2.901 - Entrada para industrialização por encomenda;            1.902/2.902 - Retorno de mercadoria remetida para industrialização por encomenda;            1.915/2.915 - Entrada de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo;            1.916/2.916 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para conserto ou reparo;            1.917/2.917 - Entrada de mercadoria recebida em consignação mercantil ou industrial;            1.918/2.918 - Devolução de mercadoria remetida em consignação mercantil ou industrial;            1.949/2.949 - Outras entradas de mercadorias ou prestações de serviços;            5.115/6.115 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, recebida anteriormente em consignação mercantil;            5.551/6.551 - Venda de bem do ativo imobilizado;            5.901/6.901 - Remessa para industrialização por encomenda;            5.902/6.902 - Retorno de mercadoria utilizada na industrialização por encomenda;            5.903/6.903 - Retorno de mercadoria recebida para industrialização e não aplicada no referido processo;            5.910/6.910 - Remessa em bonificação, doação ou brinde;            5.911/6.911 - Remessa de amostra grátis;            5.912/6.912 - Remessa de mercadoria ou bem para demonstração;            5.913/6.913 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para demonstração;            5.915/6.915 - Remessa de mercadoria ou bem para conserto ou reparo;            5.916/6.916 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo;            5.918/6.918 - Devolução de mercadoria recebida em consignação mercantil ou industrial.         </p> <p>- Incluir no item 4 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3)</i> os CFOPs abaixo para emitente "Pessoa jurídica não contribuinte":</p> <p>           1.916/2.916 - Retorno de mercadoria ou bem remetido para conserto ou reparo;            5.916/6.916 - Retorno de mercadoria ou bem recebido para conserto ou reparo.         </p>
29/03/2016	Alterado o item 7. Cancelamento para incluir informações sobre cancelamento extemporâneo <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.6)</i> .
08/04/2016	Alterado para incluir informações sobre "mensagens de erro" (item 12. Erros mais comuns no preenchimento da NFA-e), renumerando o item 12. Dúvidas - Fale Conosco para 13 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.22)</i> .
23/05/2016	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir no item 3.1 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.2)</i> informação sobre a impossibilidade de emissão de NFA-e por MEI prestador de serviço;</li> <li>- corrigir na tabela do item 4 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3)</i> o CSOSN da linha MEI: de 120 para 102;</li> <li>- incluir na tabela do item 4 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3)</i> os CFOPs para: Emitente MEI:</li> </ul>

	<p>5.411/6.411 - Devolução de compra para comercialização em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária Emitente "Contribuinte Paralisado":</p> <p>5.552/6.552 - Transferência de bem do ativo imobilizado</p> <p>5.557/6.557 - Transferência de material de uso ou consumo</p> <p>5.905/6.905 - Remessa para depósito fechado ou armazém geral</p> <p>- incluir no item 7 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.6)</i> e-mail para sanar dúvidas relacionadas com o preenchimento do DARJ;</p> <p>- incluir no item 10 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.4)</i> informações sobre a formação da chave de acesso da NFA-e;</p> <p>- corrigir no item 11.4 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.12)</i> informação sobre CFOP: de 5.946 e 6.946 para 5.949 e 6.949;</p> <p>- incluir texto da legislação no item 11.5 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.13)</i>;</p> <p>- aprimorar a redação da coluna "como corrigi-lo" do item 12 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.22)</i> relativa à Rejeição "Data de emissão muito atrasada".</p>
24/05/2016	<p>Alterado para:</p> <p>- incluir no item 10 <i>(a partir de 30/01/17, questão incorporada à pergunta frequente 1.18)</i> informações sobre a escrituração da NFA-e;</p> <p>- incluir a pergunta frequente 10.10 sobre escrituração <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.18)</i>.</p>
23/06/2016	<p>Alterado para:</p> <p>- incluir pergunta frequente 11.11 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.19)</i>;</p> <p>- inserir informações sobre código e NCM no item 2.2.2 <i>(a partir de 30/01/17, item da seção "Emissor")</i>;</p> <p>- inserir informações sobre o evento Carta de Correção e Cancelamento nos itens 2.3.3 e 2.3.4, respectivamente <i>(a partir de 30/01/17, item da seção "Emissor")</i>;</p> <p>- inserir o item 2.4.1. Consulta dos eventos - cancelamento e carta de correção <i>(a partir de 30/01/17, item da seção "Emissor")</i>.</p>
14/07/2016	<p>Alterado para incluir:</p> <p>- as perguntas 11.12 e 11.13 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.20 e 1.21)</i>;</p> <p>- no item 8 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.7)</i> informações para emissão de Carta de Correção.</p> <p>- nos itens 3.4 e 3.5 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.2)</i> informações em razão da publicação do Decreto nº 45.709/16;</p> <p>- no item 4 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3)</i> o CFOP 7.949 - Outra saída de mercadoria ou prestação de serviço não especificado para emitente "produtor rural pessoa física";</p> <p>- no item 7 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.6)</i> informações sobre os procedimentos a serem adotados pelas repartições fiscais;</p> <p>- no item 2.2.1 <i>(a partir de 30/01/17, item da seção "Emissor")</i> informações sobre o preenchimento dos campos "Consumidor Final" e "Identificação do Destinatário";</p> <p>- no item 12 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.22)</i> informações sobre a "Rejeição: NF-e sem tag IE do destinatário".</p>
24/08/2016	<p>Alterado para:</p> <p>- incluir na tabela do item 4 <i>(a partir de 30/01/17, pergunta frequente 1.3)</i> os CFOPs para:</p> <p>Emitente MEI e Produtor Rural Pessoa Física:</p> <p>6.107 - Venda de produção do estabelecimento, destinada a não contribuinte Operação de saída</p> <p>Emitente MEI</p>



	6.108 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, destinada a não contribuinte Operação - incluir informações no item 2.2.2 (a partir de 30/01/17, item da seção “Emissor”) sobre o quadro “Informação do ICMS Interestadual (Diferencial de Alíquota)”.
30/01/2017	Alterado para: - adequar o manual novo padrão de manuais de documentos fiscais eletrônicos - incluir na tabela da pergunta frequente 1.3 os CFOPs para: Emitente MEI 5.908/6.908 - Remessa de bem por conta de contrato de comodato 5.919/6919 - Devolução simbólica de mercadoria vendida ou utilizada em processo industrial, recebida anteriormente em consignação mercantil ou industrial Emitente pessoa jurídica não contribuinte 5.901/6.901 - Remessa para industrialização por encomenda
29/06/2017	Alterado para: - incluir pergunta 1.24; - aprimorar a redação sobre pagamento de imposto no item 2.2.4; - promover as seguintes correções gramaticais: Pág. 04: A documentação técnica da NFA-e está disponível no Portal Nacional da NF-e; Pág. 08: Quando se tratar de operação com MEI localizado em outra unidade federada, entre em contato com a Secretaria de Fazenda (...); Pág. 10: O usuário MEI também deve preencher os campos com “0” (zero), em razão da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.464 MC/DF (...); Pág. 11: NFA-e detalhada: para mostrar a NFA-e detalhada.
21/08/2017	Atualizado para: - incluir subitem 1.1 no item “1 – Aplicativo” da Parte “Emissor” em razão da modificações das regras de acesso à aplicação; - incluir a pergunta frequente 1.25 e 126; - alterar o título do item 1 da Parte “Emissor”: de “Emissão Orientada” para “Acesso”; - remanejar texto da item 1 “Emissão Orientada” (alterado) para o item “2 – Conhecendo o aplicativo”, com ajustes; - excluir subdivisões da Parte “Perguntas Frequentes” (“De Interesses do Contribuinte” e “Dúvidas e Informações”, agrupando todas as perguntas sob a referida Parte; - adequar os subitens 2.2.7, 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.4, 2.3.5, 2.3.6 do item “2 – Conhecendo o Aplicativo” da Parte “Emissor” e as perguntas 1.4, 1.6 e 1.19 da Parte “Perguntas Frequentes”, em razão da substituição do código de acesso fornecido pela própria aplicação nota a nota pela senha do usuário informada no cadastro; - acrescentar informações as perguntas 1.5 e 1.17 da Parte “Perguntas Frequentes”; - acrescentar informações ao subitem 2.2.4 do item “2 – Conhecendo o Aplicativo” da Parte “Emissor” sobre “importação”; - promover correções gramaticais na pergunta 1.9 da Parte “Perguntas Frequentes”.
16/10/2017	Atualizado para: - incluir no subitem 1.1 do item 1 da Parte “Emissor” informações sobre mensagem de resposta da análise do pedido de cadastro; - renumerar a pergunta frequente 1.26 para 1.28; - dar nova redação para a pergunta frequente 1.26;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir a pergunta frequente 1.27;</li> <li>- aprimorar a pergunta da pergunta frequente 1.22.</li> </ul>
01/12/2017	Atualizado para incluir no item 1 da Parte “Emissor” imagem da aplicação para esclarecer como identificar-se.
22/02/2018	Atualizado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- promover correções gramaticais e de remissões;</li> <li>- incluir a pergunta frequente 1.28, renumerando a anterior para 1.29.</li> </ul>
24/01/2019	Atualizado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- aprimorar orientação no subitem 2.2.3 do item 2 da Parte “Emissor” para aconselhar a guarda da chave de acesso da NFA-e pelo usuário da aplicação, antes da transmissão do documento;</li> <li>- adequar as legislações citadas nas perguntas frequentes 1.2 e 1.9, substituindo os seguintes dispositivos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Inciso III do art. 91 da Resolução CGSN nº 94/11 (revogada) pelo inciso III do art. 100 da Resolução CGSN nº 140/18 (vigente); e</li> <li>b) Inciso XI do Art. 35 pelo inciso XV do art. 13, do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14.</li> </ul> </li> <li>- corrigir o link de "Pesquisa NCM" da pergunta frequente 1.11;</li> <li>- aprimorar a pergunta frequente 1.26;</li> <li>- incluir a pergunta frequente 1.28, renumerando as demais;</li> <li>- renumeração das perguntas frequentes 1.28 e 1.29 para 1.29 e 1.30.</li> </ul>
27/03/2019	Atualizado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir CFOP 6913 para emissão por Produtor rural pessoa física;</li> <li>- Incluir CFOP 5909 para emissão por Pessoa física não contribuinte;</li> <li>- Incluir CFOP 5909 para emissão por Pessoa jurídica não contribuinte;</li> </ul>
15/05/2019	Atualizado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Excluir CFOP 5909 para emissão por Pessoa física não contribuinte;</li> <li>- Incluir CFOP 5909 para MEI;</li> </ul>
02/08/2019	Atualizado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir na seção “Acesso, Cadastro” orientações para atualização de cadastro;</li> <li>- Incluir orientações na seção “Conhecendo o aplicativo, Emitir NFA-e, Incluir Produtos” em razão da inclusão de novos campos (Informação do ICMS Interestadual – base de cálculo; ICMS desonerado; Formas de pagamento);</li> <li>- Excluir as referências ao usuário “Leiloeiro”, em razão do Decreto 46.703/19;</li> <li>- Incluir CFOP 6909 para emissão por Pessoa Jurídica não contribuinte;</li> <li>- Excluir a pergunta 1.30, por ser igual a 1.30, e renumerar a então 1.31 para 1.30.</li> </ul>
08/08/2019	Alterado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alterar de logomarca na capa;</li> <li>- Incluir mais informações na resposta da pergunta 1.24.</li> </ul>
08/10/2019	Alterado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir informação sobre campos valor desonerado e diferido;</li> <li>- atualizar link da pergunta 1.11 sobre NCM;</li> <li>- incluir CFOP 5/6.501 e 5/6.502 para emissão por MEI.</li> </ul>
03/06/2020	Alterado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- excluir as referências ao usuário “Produtor rural pessoa física”, em razão do Decreto nº 46.928/20;</li> <li>- incluir pergunta a respeito do documento fiscal permitido ao produtor rural pessoa física, em razão do Decreto nº 46.928/20 (incluída como 1.30, renumerando a anterior 1.30 para 1.31);</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- excluir informação sobre campos valor desonerado e diferido, que eram exibidos somente para produtor rural pessoa física;</li> <li>- corrigir erros de digitação na tabela de CFOPs;</li> <li>- inclusão de quadro “Importante” no item 2.2.4. Gerar DARJ (Pendente de Pagamento de ICMS) para alertar sobre preenchimento incorreto de documento por MEI que pode implicar exigência indevida de pagamento.</li> </ul>
27/07/2020	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- restabelecer links;</li> <li>- acrescentar/atualizar informações nas respostas das perguntas 1.6, 1.26 e 1.28.</li> </ul>
02/09/2020	<p>Atualizado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incluir informação sobre a funcionalidade “relatório”;</li> <li>- alterar o canal de atendimento de DF-e.</li> </ul>
06/09/2020	Atualizado para incluir pergunta sobre bloqueio, 1.31, renumerando a anterior 1.31 para 1.32.
08/09/2020	Atualizado para incluir na pergunta 1.31, item MEI, informação sobre compras e ação fiscal.
10/09/2020	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atualizar os CFOPs habilitados para MEI;</li> <li>- incluir no item 1.31 que o procedimento se aplica na análise do pedido de cadastro.</li> </ul>
19/10/2020	Alterado para atualizar os CFOPs habilitados para MEI.
01/07/2021	Alterado para habilitar o CFOP 5.905 para o usuário MEI.
14/09/2021	Alterado para incluir informações sobre Indicar de Presença e Indicador de Intermediador/Marketplace.
01/08/2023	Atualizado em virtude da publicação da Resolução SEFAZ nº 533/23, que impôs a obrigatoriedade de IE para MEI: itens “Cadastro (1.1); Quadro Campos “Consumidor Final” e “Identificação do Destinatário”; Perguntas frequentes 1.2, 1.9, 1.28, 1.31, 1.32 (renumerando a anterior 1.32 para 1.33).
02/10/2023	Atualizado em virtude da publicação da Resolução SEFAZ nº 566/23, que alterou a Resolução SEFAZ nº 533/23, para prorrogar a obrigatoriedade de IE para MEI: Perguntas frequentes 1.32
05/10/2023	Atualizado para incluir pergunta sobre troca de e-mail, 1.33, renumerando a anterior 1.33 para 1.34.
16/10/2023	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atualizar itens 1, 1.1, 1.1.1; Perguntas Frequentes 1.4, 1.6, 1.27 e 1.34</li> <li>- incluir pergunta 1.10, renumerando as posteriores</li> </ul>
04/12/2023	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atualizar hiperlinks;</li> <li>- atualizar informações na resposta da pergunta 1.32</li> <li>- atualizar informações na resposta da pergunta 1.33</li> </ul>
01/02/2024	<p>Alterado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atualizar hiperlinks</li> </ul>



**SEFAZ/RJ**

**[www.fazenda.rj.gov.br/dfe](http://www.fazenda.rj.gov.br/dfe)**